

GEPESE

Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão
em Sociedade e Emancipação

Apresenta:

II Seminário Interno do Gepese



**INSTITUTO FEDERAL DO
ESPÍRITO SANTO**
CAMPUS VITÓRIA

Dia 9 de outubro de 2019



FICHA TÉCNICA

Título: Anais do 2º Seminário do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sociedade e Emancipação - GEPESE

Editores:

Leonardo Bis dos Santos

Ariane Lucas Guimarães

Mariana Luz Patez

S471a Seminário do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sociedade e Emancipação - GEPESE (10. : 2019 : Vitória, ES)

Anais [Recurso Eletrônico] do 2º Seminário do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sociedade e Emancipação - GEPESE: Cadernos de programação e resumos expandidos. 19 out em Vitória, ES. - Vitória, IFES, GEPESE, 2019.

Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/583774>

Inclui referências

ISBN 978-65-00-11607-6 (versão digital)

1. Sociedade e emancipação - Eventos. 2. Humanidades - Eventos. 3. Pesquisa e extensão - Eventos. I. Título.

CDU 168.522

CDD 302.072

Diagramação: Joana Angélica Adão Bernardes

CADERNO DE PROGRAMAÇÃO E RESUMOS EXPANDIDOS

**II Seminário do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em
Sociedade e Emancipação - GEPESE**

VITÓRIA
9 de outubro de 2019

ORGANIZAÇÃO

**Leonardo Bis dos Santos
Ariane Lucas Guimarães
Mariana Luz Patez**

Instituto Federal do Espírito Santo

Jadir José Péla

Reitor

Adriana Pionttkovsky Barcellos

Pró-Reitora de Ensino

André Romero da Silva

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós- Graduação

Renato Tannure Rotta de Almeida

Pró-Reitor de Extensão

Lezi José Ferreira

Pró-Reitor de Administração e Orçamento

Luciano de Oliveira Toledo

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Hudson Luiz Côgo

Diretor Geral do Campus Vitória - Ifes

Márcio Almeida Có

Diretor de Ensino

Márcia Regina Pereira Lima

Diretora de Pesquisa e Pós-Graduação

Christian Mariani Lucas dos Santos

Diretor de Extensão

Roseni da Costa Silva Pratti

Diretora de Administração

Leonardo Bis dos Santos

Coordenador do PPGEH

APRESENTAÇÃO

É com grande prazer que anunciamos nossa segunda edição do Seminário do Gepese (Grupo de Estudos de Pesquisa e Extensão Sociedade e Emancipação), realizado no dia 09 de outubro. Convidamos a comunidade de pesquisa e extensão para construir esse evento conosco. Nessa edição buscamos uma aproximação com os núcleos criados no Campus Vitória - Núcleo de Gênero e Sexualidade/NGS, Núcleo de Educação Ambiental/NEA, Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas/NEABI, Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas/NAPNE, Núcleo de Promoção à Cidadania/NPC, Cineclube Tio Anísio (inserido no Núcleo de Arte e Cultura/NAC).

As comunicações pensadas no formato “relato de experiências” pois creditamos que desse modo é possível acessar uma narrativa mais aberta ao diálogo e ao compartilhamento de trajetórias, bem como pensar e elaborar agendas conjuntas.

Para que essas experiências possam ser compartilhadas com mais pessoas, publicamos os relatos nos Anais do Evento em formato eletrônico.

Esperamos que esse evento tenha sido uma oportunidade de conversarmos sobre nossas pesquisas, produções e desafios, assim como abrir novas pontes de diálogo com diferentes grupos e perspectivas.

Comissão organizadora e editores dos anais do II Seminário Interno do Gepese

PROGRAMAÇÃO

Local: Ifes - Campus Vitória - Miniauditório 1

Data: 09 de outubro de 2019

Horário: 13h00min as 18h00min

13h00min: **Abertura e Boas vindas**

13h10min: **Apresentação HISTOFIC e GEPESE**

13h15min: **Apresentação de projetos de pesquisa**

Mesa 1		
13h15min	Música e educação: A Banda JBC como instrumento pedagógico para promover educação ambiental e cidadania	Bruna Fernandes da Silva
13h25min	A alfabetização científica no processo de ensino-aprendizagem: geografando a Lagoa Juara	Luany Luz de Oliveira Fehlberg
Mesa 2		
13h45min	Projeto escola-comunidade (historiando): tecnologias sociais para a emancipação social	Rayssa Mendes
13h55min	Grupo de trabalho escola-comunidade	Bianca O. Azevedo, José Diego de Melo e Letícia A. Ramos
Mesa 3		
14h15min	Memorar é (r)existir: museu comunitário em Jesus de Nazareth	Ariane Lucas Guimarães
14h25min	Navegando juntos: transformações a partir de práticas de ensino no mestrado em ensino de humanidades	Rafaela Soares da Silva Uliana
14h35min	Práticas coletivas para emancipação social	Vanessa Darmani
Mesa 4		
14h55min	Autolesão: relato para iniciar a conversa	Mariana Luz Patez
15h05min	Borboletear: um passeio pelas subjetividades	Lílian Hoffmann Friedrich

15h30min: **Intervalo**

16h00min: **Palestra “Trabalho de interlocução, assessoria e pesquisa junto a povos indígenas” - Profa. PhD Nicole Soares Pinto**

Apresentação dos núcleos do Campus Vitória

17h00min: **NEA - Núcleo de Educação Ambiental**

17h10min: **NAPNE - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas**

17h20min: **Cineclubes Tio Anísio** (vinculado ao NAC – Núcleo de Arte e Cultura)

17h30min: **NGS - Núcleo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Sexualidade**

17h40min: **NEABI - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas**

18h00min: **Encerramento**

Índice

MÚSICA E EDUCAÇÃO: A BANDA JCB COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO PARA PROMOVER EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CIDADANIA	9
Bruna Fernandes da SILVA	9
A ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: GEOGRAFANDO A LAGOA JUARA	16
Luany Luz de Oliveira FEHLBERG	16
Antônio Donizetti SGARBI	16
Leonardo Bis DOS SANTOS	16
PROJETO ESCOLA-COMUNIDADE (HISTORIANDO): TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA A EMANCIPAÇÃO SOCIAL	23
Rayssa MENDES	23
GRUPO DE TRABALHO ESCOLA-COMUNIDADE	31
Bianca Oliveira de AZEVEDO	31
José Diego de MELO	31
Letícia Alves RAMOS	31
MEMORAR É (R)EXISTIR: MUSEU COMUNITÁRIO EM JESUS DE NAZARETH	40
Ariane Lucas GUIMARÃES	40
Leonardo Bis dos SANTOS	40
NAVEGANDO JUNTOS: TRANSFORMAÇÕES A PARTIR DE PRÁTICAS DE ENSINO NO MESTRADO EM ENSINO DE HUMANIDADES	47
Rafaela Soares da Silva ULIANA	47
PRÁTICAS COLETIVAS PARA EMANCIPAÇÃO SOCIAL	53
Vanessa Darmani LIMA	53
Leonardo Bis dos SANTOS	53
AUTOLESÃO: RELATO PARA INICIAR A CONVERSA	60
Mariana Luz PATEZ	60

BORBOLETEAR: UM PASSEIO PELAS SUBJETIVIDADES	67
Lilian Hoffmann FRIEDRICH	67
Leonardo Bis dos SANTOS	67
CINECLUBE TIO ANÍSIO: O CINEMA COMO CONVITE A REFLEXÃO	74
Fernanda Ribeiro Pinto RODRIGUEZ	74
Paula Siqueira dos SANTOS	74
PERCEPÇÃO DOS/AS SERVIDORES/AS DO IFES CAMPUS VITÓRIA EM RELAÇÃO AO ACESSO E PERMANÊNCIA DE ALUNOS/AS LGBT	80
Daria RODRIGUES	80
Ana Paula BRASIL	80
ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO AO ALUNO COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS	86
Fernanda dos Santos NOGUEIRA	86
Sirley Trugilho da SILVA	86
Terezinha de Jesus Lyrio LOUREIRO	86

MÚSICA E EDUCAÇÃO: A BANDA JCB COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO PARA PROMOVER EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CIDADANIA

Bruna Fernandes da SILVA¹

Resumo

A pesquisa em andamento, inserida na linha de Práticas Educativas em Ensino de humanidades, é movida pela vontade de promover Educação Ambiental Crítica e Cidadania Emancipatória. Motivados pelo desejo e necessidade de explorar tal temática em práticas educativas que alcancem de fato a sociedade, temos buscado organizá-la com zelo para que sua execução traga os melhores resultados possíveis. Até aqui, selecionamos A Banda da EEEFM “João Crisóstomo Beleza” como objeto a ser investigado como instrumento pedagógico para promover a Educação Ambiental e Cidadania numa perspectiva crítica e emancipatória para investigar e impulsionar seu potencial educador. Pautados pelo fazer coletivo e dialógico, fugiremos de concepções neutras e de uma educação que consista em mera transmissão de informações do educador para o aluno. Planejamos promover abordagens teórico-metodológicas que propiciem o diálogo conforme a teoria de ensino pautada na filosofia de Paulo Freire e nos basearemos em estratégias da pesquisa participante do tipo intervenção social. Amparados por Carlos Frederico B. Loureiro e suas reflexões sobre EA Crítica, nos empenharemos a pensar junto aos participantes da pesquisa e a produzir um material educativo que estimule e oriente estudantes e professores a desenvolverem práticas educativas parecidas em suas bandas ou semelhantes em ambientes educacionais, explicando o possível potencial pedagógico da experiência para além do lazer e diversão.

Palavras-chave: cidadania; educação ambiental; música.

Introdução

Neste relato é preciso destacar que inicialmente a proposta da pesquisa era apenas desenvolver uma proposta de Educação Ambiental crítica que movimentasse reflexões e ações sobre as Unidades de conservação Ambiental do Manguezal de Cariacica. A fim de estimular a criticidade, reflexões e diálogos mais profundos, optamos por trabalhar com adolescentes da região da Grande Porto de Santana em Cariacica. A escola em que foram estabelecidas as primeiras conversas sobre a

¹ Estudante do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de Humanidades- PPGEH – IFES;
E-mail: fernandes.chanteuse@gmail.com

possibilidade da pesquisa foi a EEEFM João Crisóstomo Beleza que felizmente reagiu positivamente, contudo partindo da realidade daquela escola fora necessário pensar sobre novas oportunidades de pesquisa já que seria interessante para a Instituição que algum trabalho fosse realizado com sua já tradicional banda de alunos (Grupo musical composto por cantores, violonista, guitarrista, baixista e baterista. Não confundir com banda fanfarra ou banda marcial).

Por isso, nossa pesquisa passou a refletir sobre a união entre educação e música. Estabelecendo promover educação ambiental e cidadania numa vertente crítica, nossa ideia é investigar caminhos para que a Banda da EEEFM João Crisóstomo Beleza seja direcionada como um instrumento pedagógico para tal fim. A banda nessa escola é um movimento tradicional ao longo dos últimos anos, contudo suas ações normalmente são voltadas ao lúdico, o que não configura um problema. Mas enxergamos grande potencial em tal prática que alegra e mobiliza a escola, acreditamos que podemos investigar junto aos membros da banda maneiras de agregar ainda mais com mudanças que possam orientar, por exemplo, a escolha de repertório, as ações da banda na escola e a composição musical.

O direcionamento à temática da educação ambiental – cidadã crítica é pertinente, pois a escola está próxima de duas Unidades de Conservação Ambiental do Manguezal que fazem parte do perímetro urbano da região. Como Unidade de Conservação do Manguezal a cidade de Cariacica possui a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Municipal dos Manguezais de Cariacica e o Parque Natural Municipal do Manguezal de Itanguá, ambos criados em 2007. Contudo, leis de preservação sozinhas não são suficientes para preservação real da natureza. É preciso diálogo e ações que movam as pessoas a de fato preservar e cuidar. Por isso, em nossa prática educativa, queremos pensar caminhos que proporcionem diálogos e reflexões sobre o meio ambiente em totalidade e realizar uma Educação Ambiental em que o foco seja a formação crítica de cidadãos que retomem sua relação com o meio ambiente, com a comunidade e com sua história.

Considerando a relevância dessa particularidade e de pensar a banda como potencial objeto de pesquisa, somos movidos pelas seguintes questões: será possível unir música e educação ambiental? Será possível promover diálogos e reflexões sobre

o meio ambiente em totalidade por meio da banda da escola? A música pode ser ferramenta para formação crítica de cidadãos que retomem sua relação com o meio ambiente, com a comunidade e com sua história? Como promover e alcançar essa produção musical engajada?

Paralelamente, temos como objetivos específicos: Problematicar o conceito de cidadania e educação ambiental numa perspectiva crítica, aplicado ao contexto musical; Sistematizar, vivenciar, avaliar e reelaborar aulas/diálogos na escola e em campo que colaborem com o processo educativo dos estudantes participantes da pesquisa integrantes da banda da escola; Incentivar e promover a produção musical como forma de expressar os diálogos e reflexões do processo; e por fim, produzir colaborativamente um Livreto como produto educacional que estimule e oriente práticas educacionais parecidas.

Muito já foi realizado quanto a elaboração do projeto, especialmente com relação a estudos das temáticas referenciais ao trabalho e busca de diálogos com trabalhos próximos. O diálogo com os pares foi uma excelente análise do nosso futuro potencial trabalho, as pesquisas analisadas reforçaram nossa hipótese sobre o potencial da música e especialmente da banda como meio para a EA Crítica.

1 Relatos, desafios iniciais e teóricos

Reestruturar o projeto de pesquisa é sem dúvidas uma parte muito importante do primeiro semestre do Mestrado, reelaborar o projeto com o auxílio de pesquisadores experientes e junto ao Orientador foi fundamental para entendermos a complexidade de realizar uma pesquisa séria e correta. Cada disciplina também foi fundamental para nos levar à reflexões e diálogos construtivos e formadores, cada texto e estudo agregou muito valor a esta pesquisa, fundamentalmente destacamos os estudos sobre a filosofia pedagógica de Freire e também os estudos sobre Marx e sua teoria. O desafio da grande demanda de leituras foi assustador, mas conforme os textos eram lidos mais informações pertinentes à pesquisa podiam ser agregadas reforçando sua base teórica.

Nosso Referencial Teórico é composto principalmente pelas contribuições de Paulo Freire e Carlos Frederico B. Loureiro. Nos apoiaremos no olhar de Freire sobre

a educação questionando o conceito identificado na obra de José Murilo de Carvalho – Cidadania no Brasil. O longo Caminho. Na obra em questão, Carvalho identifica que a construção da Cidadania brasileira, se estabelece a partir de preceitos fundamentalmente liberais. Assim, sua a ideia hegemônica de cidadania está baseada na participação em processos de mercado. Desta forma, um debate entre os resultados da pesquisa de Carvalho e Freire sobre o conceito de Cidadania, seria composto por grandes reflexões diversas e opostas uma vez que Freire é amplamente contrário a construção do conceito vinculado a ética do mercado pois para ele esta naturaliza a desigualdade e opressão.

Para construirmos uma Educação Ambiental Crítica e realmente significativa à vida das pessoas, nos apoiaremos em Loureiro confiando que seus estudos nos darão suporte a investigação, junto a outros autores que caminhem dentro desta vertente crítica. A EA tradicional conservacionista não satisfaz os objetivos da EA crítica, pois por mais que ela tenha promovido pontos positivos como a conquista de leis educacionais sobre o tema, o educador crítico vai além e questiona o meio em sua totalidade, repensando padrões rasos porém hegemônicos. A crise global que é vigente e a falta de um olhar crítico que leve a uma práxis significativa nos demonstra a urgência de priorizar as relações político-econômicas e socioculturais nas práticas pedagógicas buscando um diálogo mais estreito com a tendência crítica sobre o sistema capitalista, ao invés da lógica simplista dos conteúdos educativos como a comumente pregada pela Educação Ambiental tradicional.

2 Metodologia

Certamente esta foi e é a parte mais desafiadora do projeto, pois aqui é realmente preciso pensar no passo a passo, na ação, no como fazer. É a saída do campo das ideias para pensar a prática. Logo foi muito complicado saber identificar qual metodologia de pesquisa melhor se adequava a nossa proposta. Cada metodologia apresentava seus desafio, complicações e possibilidades. De fato esta é uma parte do projeto que ainda não está completa e finalizada, mas temos claro que para o tipo de trabalho que pretendemos desenvolver, promover a educação ambiental e a cidadania emancipatória, devemos promover abordagens teórico-metodológicas que propiciem um diálogo real com o mundo e sua totalidade de

relações sociais, culturais e com a natureza. Desta forma, a teoria de ensino pautada na filosofia de Paulo Freire será nosso grande referencial de trabalho.

Para a realização deste projeto pretendemos desenvolver uma pesquisa participante do tipo intervenção social na qual serão utilizados alguns de seus procedimentos metodológicos. Para promovermos a educação crítica e transformadora entendemos que é necessário fugir de concepções neutras e de uma educação que consista em mera transmissão de informações do educador para o aluno. Nossa prática educativa a ser realizada com os membros da banda da escola, adolescentes, estudantes do primeiro ao terceiro ano do Ensino Médio, opta por um estudo qualitativo investigando A Banda JCB como meio para promover educação ambiental e cidadania emancipatória. Esperamos que nossos encontros aconteçam em momentos destinados aos ensaios e reuniões da banda, assim como também em momentos separados apenas para diálogos e reflexões, possivelmente no contraturno, sempre dentro da escola, salvo aulas de campo.

Prevemos que os passos a intervenção serão compostos por: (1) Avaliação Diagnóstica em forma de questionário investigativo sobre a banda direcionado aos atuais e ex-membros da banda e a comunidade escolar, elaborado junto aos membros da banda, a fim de levantar visões diversas sobre o objeto da pesquisa; (2) Feedback e discussão dos resultados do diagnóstico junto aos membros da pesquisa; (3) Análise Crítica dos problemas que os membros desejam resolver; (4) Programação e aplicação de um plano de intervenção (composto por atividades educacionais) na banda que contribua para sua potencialização como instrumento pedagógico em prol da EA e Cidadania; e (5) Feedback das ações e análises. É evidente e desejável que o Feedback final proporcione mais ações e reflexões que não caracterizarão um fim, mas até esta etapa esperamos ter condições suficientes de avaliar nosso trabalho e resultados direcionando nossa produção coletiva do produto final e sua validação.

Como peças fundamentais do estudo, esperamos posicionar os estudantes membros da banda como protagonistas ativos, pois será crucial dar-lhe voz para discutir sua própria formação e estabelecer aprimoramento no decorrer da pesquisa. O produto desse trabalho também será elaborado, aplicado e avaliado durante a pesquisa junto aos participantes sendo construído conforme nossa experiência e fazer

coletivo.

Para a coleta de dados, pretendemos utilizar: fotografias, gravações das atividades do grupo em DVD, diário de campo, questionários e entrevistas semiestruturadas.

Considerações finais

Como visto, para compor esse projeto alguns procedimentos já foram realizados. Podemos citar a revisão bibliográfica para o estabelecimento de diálogos e análise sobre o estado da arte de nossa temática; junto ao estudo do referencial teórico que foi iniciado e ainda está em curso.

Nos diálogos que estabelecemos com as pesquisas realizadas e nas análises do referencial teórico que elencamos, verificamos a importância do nosso objetivo geral de estudo e encontramos temas que se assemelham ao nosso. No entanto, percebemos que são poucas as pesquisas que trabalharam para uma conscientização ambiental questionadora e cidadã emancipatória. O diferencial da proposta de pesquisa que desenvolvemos é pensar A Banda da escola como instrumento pedagógico para promover a EA e a Cidadania Emancipatória.

Os avanços e investigações ainda a serem desenvolvidos são inúmeros e temos ciência de toda dificuldade e limitação inicial, contudo acreditamos que nossa proposta é válida e pode apresentar um belo resultado para os participantes da pesquisa, para a escola e para a comunidade em geral. Como o caminho se faz caminhando, acreditamos que todo o processo e sua construção trarão experiências positivas de reconhecimento das vozes dos participantes, pois o desejo é contribuir para que grupos socialmente, culturalmente e economicamente marginalizados sejam reconhecidos em suas falas e posturas para que estes se reconheçam como cidadãos e também reconheçam sua responsabilidade com o meio ambiente.

Referências

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 62ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São

Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LOUREIRO, Carlos Frederico; TORRES, Juliana Rezende (orgs.). *Educação Ambiental – dialogando com Paulo Freire*. São Paulo: Cortez, 2014.

A ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: GEOGRAFANDO A LAGOA JUARA

Luany Luz de Oliveira FEHLBERG¹

Antônio Donizetti SGARBI²

Leonardo Bis DOS SANTOS³

Resumo

A prática no ensino de Geografia em um espaço não formal favorece e potencializa os aspectos cognitivos e psicológicos dos estudantes. A Lagoa Juara, localizada no Município de Serra, Espírito Santo, possui um imenso potencial educativo ambiental. Para investigar este potencial busca-se realizar uma pesquisa do tipo intervenção pedagógica participativa. A metodologia será desenvolvida a partir de uma aula de campo com abordagem CTSA baseada em CHASSOT (2014) que se dará em três etapas, seguindo a terminologia de pré-campo, campo e pós campo de CAMPOS (2012). O pré campo se dará com o estudo prévio do ecossistema de lagoas, a formação de associações, a relação meio ambiente e consumo, dentre outros. O campo propriamente dito, será a observação dos espaços atuais da Associação, do ambiente natural e seus problemas socioambientais, assim como a coleta de amostragem da água e do solo. E o pós campo, que será norteador pelo debate crítico sobre os pontos de relação entre homem e natureza, assim como sua interdependência. Por fim, serão expostas as fotografias, os desenhos, os resultados da situação atual da água e do solo da lagoa e os relatos e resumos da prática. Os pontos de debate proporcionam uma visão crítica, onde o estudante é estimulado através da vivência para além dos muros da escola, com uma abordagem em FREIRE (2017) de educação libertadora, a entender como funciona a vida coletiva e o seu papel atual na sociedade, assim como SANTOS (2011) aborda os aspectos da globalização no mundo contemporâneo e a reflexão atual do espaço geográfico.

Palavras-chave: Alfabetização Científica, Prática e Ensino em Geografia, Lagoa Juara, CTSA.

Introdução

Com a Revolução científica e tecnológica que ocorreu entre os séculos XVI e

¹ Licenciada em Geografia - Mestranda do Programa Profissional em Educação em Ciências e Matemática do Ifes. Email: luanyluz@gmail.com

² Doutor em Educação. Docente do Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática do Ifes. E-mail: donizetti@ifes.edu.br

³ Doutor em Educação. Docente do Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades do Ifes. E-mail: leonardo.bis@ifes.edu.br

XVIII os meios de reprodução ampliaram a exploração e a dominação da natureza, tendo reflexos no ensino de ciências. A questão política domina as relações de poder, e os problemas ambientais causados após a Segunda Guerra Mundial se agravam. O saber se torna crítico-reprodutivista segundo Saviani (2013). Para PortoGonçalves (2004), a crença inabalável no papel da técnica é fruto do ideário moderno-positivista, que também embasa o paradigma tradicional na educação. É justamente essa superficialidade o obstáculo a se ultrapassar.

O modelo de Geografia Tradicional foi ultrapassado com emersão da Geografia crítica no contexto escolar desde a década de 1970. É necessário então, conhecer e reconhecer as mais diversas espacialidades do mundo, assim como outras realidades possíveis. O enfoque no ensino CTSA (Ciência - Tecnologia - Sociedade - Ambiente) surge também neste momento com a tomada de consciência com relação às questões éticas, políticas e sociais que permeiam o meio, tendo por objetivo preparar os alunos para o exercício da cidadania através da abordagem dos conteúdos científicos no seu contexto social.

A realização de práticas pedagógicas significa que dentro do ambiente escolar está ocorrendo a construção de processos de reflexão crítica sobre determinados conteúdos. É pensando por essa vertente que a criticidade do conteúdo curricular, os modelos de construção coletiva, as fundamentações científicas, o ambiente de aprendizagem e os objetivos, são realizadas no ato da prática. Dessa maneira, o ensino de Geografia, a prática educativa e a educação ambiental crítica observam e ampliam o olhar sobre o mundo que nos rodeia. Então, como promover o debate CTSA na prática do ensino em Geografia?

1 O ensino de Geografia

A Geografia em si é transdisciplinar, ela busca pensar o espaço em sua totalidade. Os conceitos de paisagem, território e lugar são definidos nos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) juntamente com globalização técnica e redes. Ou seja, possuir um olhar crítico sobre todas as situações são as características de uma formação completa no ensino de Geografia, é um caso diferente do senso comum, tão frequente na contemporaneidade.

Freire (2017) nos diz sobre a prática docente crítica, que envolve o movimento dinâmico, dialético entre o fazer e o pensar sobre o fazer. Se constituem essas práticas nas relações interpessoais entre professor e aluno e entre instituição, corpo técnico, professor e aluno. As trocas de informação são necessárias. São estes pequenos gestos que se constroem as parcerias, a boa convivência, e tudo isso avança no contexto de educação integradora, incluindo o estudante como parte do ambiente escolar, ultrapassando as fronteiras pragmáticas que se acumulam no tempo espaço.

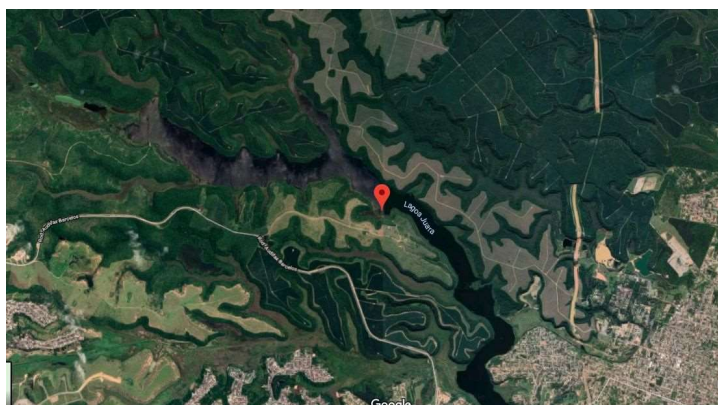
O saber é feito comumente. Freire, em seu livro pedagogia da autonomia, indaga:

É preciso insistir: este saber necessário ao professor – de que ensinar não é transferir conhecimento – não apenas precisa ser aprendido por ele e pelos educandos nas suas razões de ser – ontológica, política, ética, epistemológica, pedagógica -, mas também precisa ser constantemente testemunhado, vivido. (FREIRE, 2017, p. 47).

2 Aspectos geográficos da Lagoa Juara

A Lagoa Juara, também conhecida como Joara ou Juá, possui 2,9 km² de área de água doce e uma microbacia que se estende da zona rural do município da Serra até o litoral, desaguando no Rio Jacaraípe, também muito importante para a região. Detêm ainda, dez principais afluentes, que são os córregos: Juara, Cavada, Doutor Robson, Castelo, Cachoeira de Putiri, Independência, Roncador, São Domingos, Laranjeiras e Quibebe. Conforme se observa na figura 1:

Figura 1 - Mapa de Satélite da Lagoa Juara



Fonte: GOOGLE MAPS, 2019.

A lagoa Juara vem sendo submetida ao longo dos anos à inúmeros impactos ambientais, como o lançamento de efluentes “in natura”, o processo intensivo de piscicultura, o desmatamento das margens ocasionado pelas ocupações irregulares, assim como a salinização das suas águas. Para Gonçalves (2005) além da importância ecológica, as lagoas costeiras apresentam elevada importância sócioeconômica, com múltiplas finalidades, como pesca artesanal e comercial, prática de esportes aquáticos e lazer. As figuras 1 e 2 mostram o panorama da Lagoa Juara, onde está instalada a sede, o restaurante e a banca da APLJ (Associação de Pescadores da Lagoa Juara) desde 2010.

Figuras 2 e 3 – Panorama da Lagoa Juara



Fonte: AUTORA, 2019.

A APLJ passou por grandes dificuldades ao longo da década e dois fatos foram marcantes para os associados, o primeiro foi as chuvas torrenciais que ocorreram em Dezembro de 2013 em todo o município de Serra, onde o bairro Lagoa de Jacaraípe foi inundado, juntamente com o restaurante. Nesta época, a associação perdeu todos os equipamentos da cozinha, assim como os peixes que escaparam dos

tanques-rede. Com a cheia da Lagoa, a Associação teve que investir a técnica de piscicultura na Lagoa do Aguiar em Linhares, a 117 km de distância do município da Serra. Em 2014, a associação conseguiu se reerguer e voltou às atividades. Porém em 2017 as tilápias do tanque começar a morrer subitamente. Os moradores da região culpabilizam as obras de dragagem e alargamento que foram realizadas no Rio Jacaraípe pela Prefeitura da Serra,. Se por um lado a abertura de canais cumpriu com o objetivo de escoamento da água das chuvas, por outro rebaixou os lençóis freáticos, comprometendo a qualidade da água nas bacias dos rios Jacaraípe, que é jusante da Lagoa Juara. A água salgada do mar invadiu lentamente a Lagoa, aumentando a salinidade da água e provocando a mortandade de parte das plantas aquáticas e dos peixes de água doce.

Atualmente, a Lagoa Juara se encontra eutrofizada e em colapso. A entrada da água do mar provocou a salinização da lagoa, e consequentemente, a redução de oxigênio na água durante o período noturno, assim como o excesso de algas do local. Sem qualidade de água, toda a produção de tilápia foi transferida novamente para a Lagoa do Aguiar, aumentando os custos da Associação e do produto final.

3. A prática da aula de campo

Neste trabalho, a prática abordada será uma aula de campo na Lagoa Juara, localizada no município de Serra, com estudantes de uma escola estadual do mesmo município. Como Saviani (2013) observa, a prática para desenvolver-se e produzir consequências, necessita da teoria e precisa ser por ela iluminada. Ele ainda discorre sobre a definição que deu sobre a práxis, como um conceito de articulação entre teoria e prática. Essa prática fortalece o ensino da Geografia, assim como fortalece a pesquisa, levando em conta que a observação e coleta aperfeiçoam a ciência.

A aula no espaço não formal é dividida então em três etapas de preparação, que contemplam o pré-campo, o campo propriamente dito e o pós campo, terminologias definida por Campos (2012). O pré-campo se realizará com a abordagem dos conteúdos explorados em aulas prévias e de caráter expositivo dialogado. Serão debatidos em sala, conteúdos como, a importância do meio ambiente para a sociedade capitalista, a formação de associações de subsistência, a

técnica da piscicultura, a poluição ambiental e seus níveis de precariedade, a dependência da lagoa e consumo, assim como a dinâmica entre o homem e o ambiente, com uma abordagem CTSA. Para Saviani:

A educação [...] cabe possibilitar que as novas gerações incorporem os elementos herdados de modo que se tornem agentes ativos no processo de desenvolvimento e transformação das relações sociais [...] A sua criatividade vai expressar-se na forma como ele assimila essas relações e as transforma. (SAVIANI, 2013, p. 121).

A aula de campo, propriamente dita, abordará o visual e o tátil, fatos que impulsionam a curiosidade, o querer saber. Nela o aluno terá o contato com o meio tão explorado nas aulas teóricas. Inicialmente, como acordado um representante da Associação de pescadores fará uma breve apresentação sobre o conteúdo histórico do lugar, sobre como foi a formação da APJL, e como são divididos os núcleos de trabalho, a renda, a sobrevivência de uma associação nos dias atuais, a técnica que utilizam com os tanques, as dificuldades sócio-ambientais que passaram ao longo da década, entre outros contextos que surgirão. Após esse primeiro contato, será hora da observação e registro de atividades. Os estudantes de ensino médio já possuem certa capacidade cognitiva e condições de ampliação da visão crítica sobre determinados objetos, território e lugar. Divididos em grupos e de forma colaborativa, terão uma planilha a ser preenchida com informações básicas sobre a Lagoa e seu aspecto físico atual, as condições de subsistência da região, a poluição que invade gradativamente seu entorno, a salinidade da água, entre outras. Serão feitas ainda, coletas do solo e da água da Lagoa Juara, onde posteriormente serão trabalhados contextos de escala, pesquisa, acidez do solo e salubridade dentro do ensino de Geografia.

O pós campo será a última etapa, onde será feita análise e avaliação do campo, assim como o debate crítico. Nele abordaremos o tema da responsabilidade da ciência e da tecnologia em relação ao ambiente, as sínteses de mudança, a prática social, a sustentabilidade, entre outros. Após, será feito no espaço formal a exposição de fotografias, vídeos, desenhos, entrevistas e resumos de todo o trabalho de campo.

Considerações finais

O espaços de educação não formal possuem grande potencial para o avanço

da alfabetização científica. Chassot (2000) afirma que quando pensamos em fazer educação, há cada vez mais necessidade de trazermos para as discussões elementos que superem as informações que chegam de forma crítica. A educação ambiental é uma “crise ecológica” oriunda de uma crise de valores, de ética, de humanidade, envolve o político, o social. Sendo assim, todo o debate realizado como função de alfabetização científica tem de ter um caráter crítico. O ato de ensinar exige diversas tomadas de decisões. Não somos seres neutros. Não podemos ser apenas objetos na história, mas sujeitos igualmente ativos, capazes de transformar o ambiente em que vivemos, envolvidos no processo do fazer científico.

Referências

- BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC; SEMTEC, 2002.
- CHASSOT, Attico. *Alfabetização científica: questões e desafios para a educação*. 6. ed. Rio Grande do Sul: Ijuí, 2014.
- CAMPOS, Carlos Roberto Pires, (org). *Aulas de campo para a alfabetização científica: práticas pedagógicas escolares*. Vitória: IFES, 2015.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 62. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2019.
- GONÇALVES, M. A. *Algas fitoplanctônicas na lagoa Juparanã (Linhares – ES): Variação espacial, temporal e bioindicadores do estado trófico*. Dissertação, 2005, Universidade Federal do Espírito Santo.
- PORTO-GONÇALVES. Carlos Walter. *O desafio ambiental*. 1. ed. Rio de Janeiro: Record. 2004.
- SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- SAVIANI, Dermerval. *Pedagogia Histórico Crítica: primeiras aproximações*. 11. ed. São Paulo: Autores Associados, 2013.

PROJETO ESCOLA-COMUNIDADE (HISTORIANDO): TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA A EMANCIPAÇÃO SOCIAL

Rayssa MENDES¹

Resumo

O presente trabalho, a ser apresentado no “II Seminário Interno do GEPESE - Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sociedade e Emancipação”, consiste em um projeto em andamento pelo edital PICJr FAPES nº 13/2018, fruto da parceria da EEEFM Saturnino Rangel Mauro e do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), campus Vitória. O projeto propõe aproximar a escola e a comunidade de Nova Rosa da Penha, ressignificando o ambiente escolar, ao mesmo tempo em que propõe desenvolver o protagonismo estudantil e a alfabetização científica por meio do engajamento comunitário. Para isso, o projeto se estrutura a partir de três etapas: 1) mapeamento das demandas do bairro; 2) plano de ação; e 3) reconstituição da história do bairro. Até o momento de submissão deste artigo, as etapas 1 e 2 encontram-se concluídas e a etapa 3 em desenvolvimento. Espera-se apresentar alguns dos resultados parciais e desafios encontrados até a presente data, e contribuir para o debate acerca da pesquisa-ação no campo das ciências humanas.

Palavras-chave: Escola. Comunidade. Protagonismo estudantil. Pesquisa-Ação. Alfabetização científica.

Introdução

Este relato de caso procura descrever o projeto desenvolvido em Nova Rosa da Penha, no município de Cariacica, a partir do Programa de Iniciação Científica Junior da FAPES (edital nº 13/2018). O incentivo às ações coletivas em resposta à crescente individualização da sociedade contemporânea se mostra cada vez mais relevante. As grandes questões sociais da vida urbana prescindem da participação – passiva ou ativa – da sociedade como um todo. Paralelamente a isso, a escola, uma das instituições com maior recurso humano para a transformação social tem seu significado paulatinamente esvaziado como consequência de inúmeros impasses e contradições históricas e políticas, sobretudo em regiões de maior vulnerabilidade social, como Nova Rosa da Penha. Como resultado, tem-se um distanciamento das relações entre a escola e a comunidade do entorno, propiciando uma perda de

¹ Mestre em Ciências Sociais (PUC-SP) e Professora de História e Geografia na rede pública estadual do Espírito Santo pelo Programa Ensina Brasil. E-mail: rayssamendes2611@gmail.com

significado do ambiente escolar. A comunidade parra a não ver na escola um caminho para transformação da realidade - pessoal e social. Nesse sentido, como recorte mais amplo, o presente projeto procura estimular a construção de um sentimento de pertencimento por meio de ações protagonizadas por estudantes, baseadas no trabalho comunitário, desenvolvendo o protagonismo estudantil a partir da alfabetização científica. A partir disso, despertar também a comunidade para a importância da escola e de se apropriar e ressignificar seus espaços.

Trata-se de uma proposta que visa estimular o jovem estudante a problematizar cientificamente sua realidade, tendo em perspectiva instrumentalizar possíveis oportunidades de resolução a partir da base comunitária. Dessa forma, estima-se que ao mesmo tempo em que contribuiremos para desmistificar a Ciência como sendo algo distante da vida cotidiana dos alunos, apresentaremos metodologias capazes de fornecer respostas práticas para os problemas enfrentados diariamente. Para tal, partiremos de uma definição de ciência que se aproxima da proposta metodológica oferecida por Paulo Freire, onde os problemas são identificados, diagnosticados e tratados com a comunidade – rompendo a visão maniqueísta entre os que sabem e os que não sabem. Esta premissa também coaduna com a proposta de criar porosidade entre a realidade dos bairros nos quais as escolas estão inseridas e o currículo historicamente constituído e validado pelos documentos oficiais que norteiam a educação. Escola e comunidade trabalhando juntas, fomentando – e formando – o protagonismo dos jovens.

Para isso, o projeto vem sendo executado a partir de três etapas principais: primeiramente, os bolsistas realizaram um mapeamento dos problemas reais do bairro, de forma quantitativa a partir de um formulário aplicado aos estudantes da própria escola, e de forma qualitativa por meio de entrevistas e grupos focais com algumas lideranças comunitárias; a partir desse mapeamento procurou-se propor a realização de algumas ações e um plano de ação que pudesse suprir algumas dessas demandas e aproximar a escola e a comunidade na resolução desses problemas; por fim, os estudantes realizarão um resgate histórico acerca do processo de construção da comunidade, a partir das principais demandas mapeadas.

Com isso, o projeto tem sido importante para desenvolver o protagonismo e a autonomia dos estudantes. Os pesquisadores e professores envolvidos atuam

forneendo formação e suporte para o planejamento e implantação de ações concretas, proporcionando diferentes atividades aos bolsistas, acadêmicas e de campo, além de orientações periódicas. Além do despertar científico dos estudantes de ensino médio, procura-se estimular uma postura ativa frente aos desafios da vida cotidiana e das desigualdades sociais, incentivando a ação cidadã e coletiva.

1 Desafios enfrentados

A proposta original do projeto previa como primeira etapa a realização da reconstituição histórica da comunidade. Ao longo dos primeiros dois meses de trabalho, entre março e abril de 2019, começamos a perceber que não havia ainda maturidade nos bolsistas para o desempenho de tal atividade. A falta de noções básicas das ciências humanas, considerando o déficit do ensino público no Brasil, e a dificuldade em formar uma equipe sólida de bolsistas juniores, nos impulsionou a inverter algumas etapas e deixar essa, que exigiria dos mesmos um nível de aplicação teórica e de pesquisa mais aprofundado, como última etapa a ser executada.

Além disso, em linhas gerais, o engajamento dos demais docentes se deu de forma bastante pontual, não havendo resistências ao desenvolvimento das etapas do projeto, mas com pouca mobilização de esforços para contribuição. Houveram inúmeras tentativas de apresentar, construir colaborativamente e divulgar algumas ações e possibilidades de interface, por parte dos bolsistas e responsáveis pelo projeto, mas os melhores resultados alcançados nesse sentido até o momento se limitam à ação ambiental realizada no bairro.

A participação dos estudantes da escola Saturnino em geral se deu principalmente no preenchimento do formulário sobre o bairro e a escola, uma vez que este foi aplicado no horário de aula. A mobilização em demais ações se deu de forma pontual, apesar dos esforços de mobilização por parte dos bolsistas.

2 Mapeando as demandas do bairro

A elaboração dos formulários quantitativos para aplicação na escola se concentrou no mês de maio, de 2019, e a aplicação ocorreu no final de maio e começo de junho do mesmo ano. O formulário, de caráter anônimo, foi dividido em cinco

seções, apresentados de maneira mais detalhada na tabela 1.

Tabela 1 – Pesquisa quantitativa com os estudantes da EEEFM Saturnino Rangel Mauro

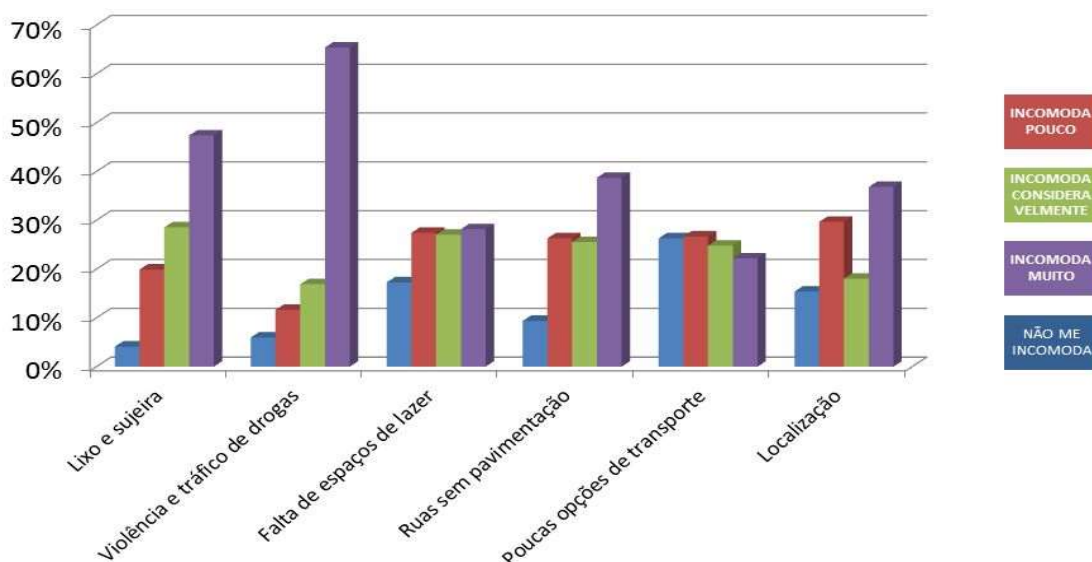
Seção 1
• Das 16 turmas da escola, 9 responderam ao questionário (266 respostas no total); • Mais de 90% dos respondentes com idade entre 14 e 18 anos.
Seção 2 – Sobre você
• 76,3% moram em Nova Rosa da Penha toda (ou quase toda) a vida; • Sobre as atividades no contraturno: • Aproximadamente 17% dos estudantes trabalham como Jovem Aprendiz; • Pouco mais de 30% disseram cuidar da casa e/ou de algum familiar; • Nessa seção fizemos também perguntas sobre automutilação e o sentimento com relação à escola.
Seção 3 – Sobre o bairro
• Das áreas de lazer disponíveis no bairro, as mais mencionadas foram praças e quadras; • O lugar marcado como mais frequentado aos finais de semana, com 151 respostas, encontra-se a igreja. • Das demandas gerais, muitos apontaram questões relacionadas a espaços de lazer e disponibilização de cursos e preparatórios para o ENEM.
Seção 4 – Ainda sobre o bairro...
• Nessa seção, procuramos perguntar sobre referências do bairro: cozinheiras/os, padeiras/os, manicures etc, para a composição de um banco de dados para a escola; • Perguntamos também sobre quem eles consideravam pessoas conhecidas e engajadas com a comunidade. Consideramos as pessoas mencionadas recorrentemente para as entrevistas em profundidade e grupos focais, parte qualitativa do mapeamento.
Seção 5 – Sobre a escola
• Nessa seção, perguntamos sobre: • o papel da escola em suas vidas; • a participação na vida escolar; • como enxergam a relação escola e comunidade • sobre evasão e bullying; • Aproximadamente 57% disseram que gostariam de participar mais da escola; • 72% entendem que a escola pode ajudá-los na vida e ela os ajuda a estarem mais perto de alcançar seus objetivos; • As respostas dessa seção, abertas e fechadas, mostraram que os estudantes em geral gostam da escola e estão dispostos a contribuir com a mesma.

Fonte: autor, 2019.

A partir do mapeamento quantitativo, procuramos verificar os principais problemas, ou demandas, apontados pelos estudantes. Observamos também os nomes indicados pelos mesmos na seção 4 como forma de embasar nossa prospecção de nomes para o mapeamento qualitativo, que ocorreria nas semanas subsequentes com as principais lideranças comunitárias. A Figura 1 mostra os incômodos em relação ao bairro, apontados pelos estudantes.

Figura 1 – Pesquisa quantitativa sobre as principais demandas do bairro

O que mais te incomoda em relação ao seu bairro?



Fonte: autor, 2019.

Após esse levantamento, partimos para a pesquisa qualitativa, como forma de complementar e qualificar nossa ação. As entrevistas ocorreram em dois momentos: no dia 06 de julho de 2019, com o vice-presidente da Associação de Moradores de Nova Rosa da Penha (AMNRP), Gilberto Vaz, e com o policial militar Vanderlei Sabino, da região; e no dia 22 de agosto de 2019, com Itamar Freire, vereador do município de Cariacica e morador do bairro. As perguntas utilizadas para nortear as entrevistas foram as seguintes:

- 1) Na opinião de você(s), quais as maiores carências e necessidades do bairro?
- 2) O que tem sido feito para solucionar esses problemas?
- 3) Existe algo que já tenha sido um problema, mas que se encontra “resolvido”/“solucionado”? Como foi esse processo? Que atores, quem esteve envolvido?
- 4) Existe algo que se tenha tentado ‘atacar’, resolver, e não deu certo? O que? Por que não deu certo?
- 5) Qual vocês acreditam ser o papel da escola no que diz respeito ao bairro? Como vocês acham que a escola poderia contribuir para a resolução de demandas/problemas do bairro?
- 6) Os alunos da nossa escola apontaram X problemas (mostrar os gráficos), como vocês veem isso? Que soluções poderiam ser pensadas e articuladas? Como poderíamos envolver os alunos, professores e funcionários da escola nessas ações (junto com os representantes da comunidade)?

Com base nisso, algumas questões se destacaram. Os estudantes apontaram como grande problema a questão da violência e do tráfico de drogas, elemento que não foi igualmente destacado pelas lideranças comunitárias, que alegaram “já ter sido pior” este problema no bairro. Uma hipótese que podemos levantar também se relaciona à faixa etária: Nova Rosa da Penha é um dos bairros com maiores índices de jovens em condições vulneráveis do estado, segundo o Relatório Jovens Fora da Escola – Ocupação Social², do Instituto Jones (2017). Dessa forma, altas taxas de homicídios e evasão e abandono escolar, dentre outras, estão relacionadas à juventude. É possível, dessa forma, que os estudantes tenham uma proximidade maior com esses índices, por pertencerem à mesma faixa etária dos que se enquadram nessas estatísticas.

Além disso, ainda que a principal demanda destacada pelos alunos tenha sido a da violência, tendo em vista o recorte que nos propusemos a trabalhar e o curto espaço de tempo para a realização do projeto, além da complexidade desse problema se tornou inviável atacá-lo diretamente. Dessa forma, nos direcionamos para o segundo tópico mais destacado pelos estudantes e bastante abordado pelas lideranças comunitárias: a questão do lixo e do meio ambiente.

3 Plano de ação e mobilização comunitária

Tendo em vista que o problema do mau descarte do lixo e dos pontos viciados localizados no bairro, escolhemos um ponto para mobilizar uma ação que pudesse envolver a escola e a comunidade, e solucionar o problema no curto prazo, além de elencar outras prioridades, junto às lideranças, para atacar esse problema no médio e longo prazos. Dessa forma, a Rua 56 (extensão da Rua 36), uma das entradas principais de Nova Rosa da Penha e caminho para a escola Saturnino Rangel Mauro, foi escolhida para a ação de limpeza e esta seria articulada com o “Dia da Família na Escola”, em 04 de outubro do mesmo ano, onde espera-se apresentar alguns resultados e conscientizar os moradores do bairro sobre os problemas ambientais relacionados ao mau descarte do lixo. Até a deste finalização deste artigo, somente a ação de limpeza foi realizada.

Para a ação definida, portanto, contamos com reuniões prévias de planejamento e organização, uma no dia 24 de agosto de 2019, com professores e

articuladores. A outra no dia 05 de setembro de 2019, contando com a presença de representantes da Secretaria de Meio Ambiente do município de Cariacica, os bolsistas e voluntários do projeto, representantes da associação de moradores e articuladores. Estabeleceu-se que ação ocorreria no sábado, dia 14 do mesmo mês, e as seguintes ações, posteriormente realizadas:

- a) Na semana da ação, alguns dias antes, foi solicitado à ECO 101, responsável pela rua, na região da rodovia BR 101, a limpeza do local;
- b) Foi elaborado, por parte dos bolsistas, um panfleto, apresentando o projeto e explicando os problemas relacionados ao mau descarte do lixo, entregues no dia da ação para os moradores;
- c) Houve plantio de mudas - IPÊS e outras de menor porte – reutilizando pneus descartados na região para o plantio das menores;
- d) Instalamos placas pintadas no dia da ação, pelos próprios estudantes;
- e) Realizamos a coleta de óleo usado, para reutilização para produção de sabão na escola; também coletamos tampinhas plásticas e anéis de alumínio para o projeto “Bora Ajudar” da escola;
- f) Em troca, para aqueles que levassem uma garrafa pequena com óleo usado ou 10 tampinhas plásticas, distribuímos picolés gratuitamente, cortesia da Ajellso viabilizada pelo Instituto Jacarenema;
- g) Os bolsistas fixaram cartazes nos principais comércios da região, convocando para ação os moradores.

Para o desenvolvimento dessas ações, todas bem sucedidas na execução, contamos com a colaboração de diferentes instituições: a prefeitura municipal de Cariacica, por meio da secretaria de meio ambiente; a Associação de Moradores de Nova Rosa da Penha; o Instituto Jacarenema; a ONG Sementes da Gratidão; a Marca Ambiental; o GT Escola-Comunidade do Ensina Brasil; o IFES Vitória e a EEEFM Saturnino Rangel Mauro, representada principalmente pelos projetos Historiando e Bora Ajudar, além do apoio da direção escolar. No sábado referido, aproximadamente 60 pessoas passaram pelo local, entre aqueles que colaboraram e os que foram conhecer a ação.

Considerações Finais

Até o momento de elaboração deste artigo, o local da ação permanece cuidado e sem descarte de lixo doméstico, mas com descartes pontuais de entulho. Não obstante, a maior dificuldade encontrada até o momento consiste na perenidade da ação: na mobilização contínua dos estudantes, funcionários da escola e moradores do bairro, este é ainda um grande desafio.

No que diz respeito ao projeto, a proposta de plano de ação, elaborada a partir do mapeamento e nas conversas com as lideranças comunitárias, diz respeito ao mapeamento dos demais pontos viciados de lixo do bairro e tentativa de mobilização dos moradores dos entornos para a realização de ações semelhantes, de cuidado, revitalização e conscientização. Espera-se, ainda, apresentar alguns desses resultados no próximo dia 04 de outubro, “Dia da Família na Escola”, convidando moradores e lideranças para debater a questão dos problemas relacionados ao mau descarte do lixo na comunidade. Por fim, espera-se ainda a realização de aulas de campo da escola Saturnino (e de outras escolas da região) na Rua 56, e a implantação de uma horta comunitária feita pelos membros do corpo docente e discente.

No que diz respeito ao projeto escola-comunidade (Historiando), espera-se realizar a etapa final, de reconstituição da história de Nova Rosa da Penha, até o início de novembro. A reconstituição será realizada a partir dos três principais tópicos mencionados nos mapeamentos: 1) esporte, cultura e lazer; 2) meio ambiente; e 3) infraestrutura.

Referências

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 50ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN. Relatório Jovens fora da escola. Vitória/ES: 2017. Disponível em:
<https://sedh.es.gov.br/Media/sedh/DOCUMENTOS%202017/Relatorio_Jovens_fora_da_escola-.pdf>. Acesso em: 23 set. 2019.

GRUPO DE TRABALHO ESCOLA-COMUNIDADE

Bianca Oliveira de AZEVEDO¹

José Diego de MELO²

Letícia Alves RAMOS³

Resumo

A escola, uma das instituições com maior recurso humano para a transformação social tem seu significado paulatinamente esvaziado como consequência de inúmeros impasses e contradições históricas e políticas, sobretudo em regiões de maior vulnerabilidade social. Como resultado, tem-se um distanciamento das relações entre a escola e a comunidade do entorno, propiciando uma perda de significado do ambiente escolar. Em última instância, esse processo tem como resultado a evasão e o abandono de estudantes que não veem na escola um caminho para transformação da realidade - pessoal e social. Nesse sentido, o projeto visa estimular a construção de um sentimento de pertencimento a partir de ações protagonizadas por estudantes de 3 escolas distintas, baseadas no trabalho comunitário. Com isso, propõe-se desenvolver o protagonismo e a autonomia dos estudantes, dando formação e suporte para o planejamento e implantação de ações concretas, integrando a perspectiva da pesquisa-ação.

Palavras-chave: Escola. Comunidade. Protagonismo Juvenil. Pertencimento

Introdução

Algumas questões se mostram urgentes no que diz respeito à educação, sobretudo no âmbito escolar, e uma delas está diretamente relacionada ao preocupante índice de evasão/abandono. No Espírito Santo, de acordo com o Relatório Jovens Fora da Escola – Ocupação Social (Instituto Jones, 2017), da Secretaria de Direitos Humanos do estado, no quarto trimestre de 2015, cerca de 1,2% (3.617) de adolescentes com idade entre 10 e 14 anos não frequentavam a escola e 14,4% (28.039) dos jovens de 15 a 17 anos se encontravam na mesma situação.

Nesse sentido, de acordo com o mesmo relatório (hoje o programa recebe o nome de Estado Presente) algumas podem ser as causas que levam a esse fator,

¹ Bacharel em Engenharia Ambiental pela UTFPR. Prof. da EEEFM São João Batista. E-mail: bianca.oazevedo@gmail.com

² Bacharel e Licenciada em Ciências Biológicas pela Unesp. Prof. da EEEFM João Crisostomo Belesa. E-mail: leticiaramos1509@gmail.com

³ Licenciado em Química pela UFPE. Prof. da EEEFM Almirante Barroso. E-mail: diegobogardd@gmail.com

podendo elas serem de cunho individual ou coletivo, abrangendo tanto as instituições família e escola, quanto a comunidade em que o jovem se encontra inserido.

Frente à realidade vivenciada em escolas da Grande Vitória, o Grupo de Trabalho Escola-Comunidade foi criado a partir da necessidade sentida por 3 professores inseridos na Rede Pública Estadual do Espírito Santo em aproximar a escola da comunidade na qual ela está inserida.

Em 2018, após experienciar as atividades escolares rotineiras, principalmente de atendimento à família, e um evento estabelecido pelo calendário escolar da Secretaria de Educação do estado, chamado Dia da Família na Escola, estes professores sentiram um incômodo em comum: o notável distanciamento entre a escola e a família dos estudantes e, por extensão, da própria comunidade do entorno.

Diante disso, o grupo se uniu para refletir e discutir acerca da relação da escola com a comunidade, o significado do ambiente escolar e as possíveis consequências desse distanciamento para o abandono e evasão escolar, assim como maneiras de interpretar esses complexos cenários, visando analisar e projetar possíveis ações que pudessem resgatar o sentimento de pertencimento da comunidade escolar.

Desenvolver tais projetos e iniciativas é pertinente no contexto em que o grupo de professores atua. No Brasil, a população que mais morre por homicídio é a população periférica, em sua maioria jovens do sexo masculino e negros (IPEA, 2019). O Espírito Santo é um dos estados da federação onde mais se perde jovens vítimas da violência urbana, com uma média maior que a nacional - 71,5 homicídios a cada 100 mil habitantes, contra 65,5 da média nacional (idem). Segundo a SEDHES, até 2015, 40% da vítimas de homicídios no estado eram de jovens entre 15 e 24 anos, com esse percentual passando de 50% em alguns desses bairros. Além disso, foi detectado que mais de 16 mil adolescentes e jovens estavam fora da escola, a maior abandonando na segunda fase do ensino fundamental (SEDH, 2016). Ao considerar a escolaridade como importante fator de proteção social, somando-se a isso os preocupantes índices de violência nessas comunidades, é que se fazem importantes iniciativas e o somatório de esforços visando desenvolver maior senso de pertencimento e engajamento comunitário.

Portanto, o GT Escola-Comunidade acredita que a aproximação da escola com a comunidade na qual está inserida é possível e se dá pelo engajamento dos estudantes e comunidade escolar para provocar as mudanças que desejam, em diálogo e consonância com o contexto social que os cerca. O engajamento é dependente - ao mesmo tempo em que é responsável por desenvolver - o senso de pertencimento dos indivíduos inseridos em cada contexto e por isso o despertar desse sentimento é um dos objetivos das ações realizadas pelo GT.

Para dar início a essa pesquisa e consequentes ações, o grupo recrutou e envolveu estudantes e realizou um levantamento de dados na escola para diagnosticar e mapear as percepções de uma amostra dos alunos e alunas relacionadas ao ambiente escolar e ao local onde vivem.

1 Metodologia

O primeiro passo foi o recrutamento dos alunos, realizado em momentos diferentes nas 3 escolas envolvidas no projeto. São elas: EEEFM Almirante Barroso, EEEFM João Crisóstomo Belesa, e EEEFM São João Batista. O grupo de professores efetuou a divulgação do projeto Escola-Comunidade por meio de exposição de material visual na escola e comunicação oral nas salas de aula, enunciando data e horário estipulados para a primeira reunião com os estudantes interessados pela iniciativa.

Na reunião de recrutamento os professores apresentaram o projeto com suas justificativas e maior detalhamento aos alunos e alunas, além de estabelecer as datas e horários para os encontros semanais. As reuniões iniciais aconteceram para aproximação e conhecimento dos estudantes, além de levá-los à reflexões, discussões e análise crítica do contexto em que estavam.

O segundo passo se deu na elaboração de um modelo de formulário pelo grupo de professores para a pesquisa de dados nas escolas, a fim de mapear as percepções dos estudantes relacionadas ao ambiente escolar e ao local onde vivem. Os questionamentos básicos do formulário estão apresentados na Figura 1, sendo que algumas especificidades foram acrescentadas de acordo com a escola.

Na EEEFM Almirante Barroso, a pesquisa foi realizada 350 alunos do 1º, 2º e

3º ano do ensino médio contabilizando um total de mais de 50% do turno vespertino da escola. Já na EEEFM João Crisostomo Belesa a pesquisa contemplou 320 estudantes de 2º e 3º ano do Ensino médio do turno matutino.

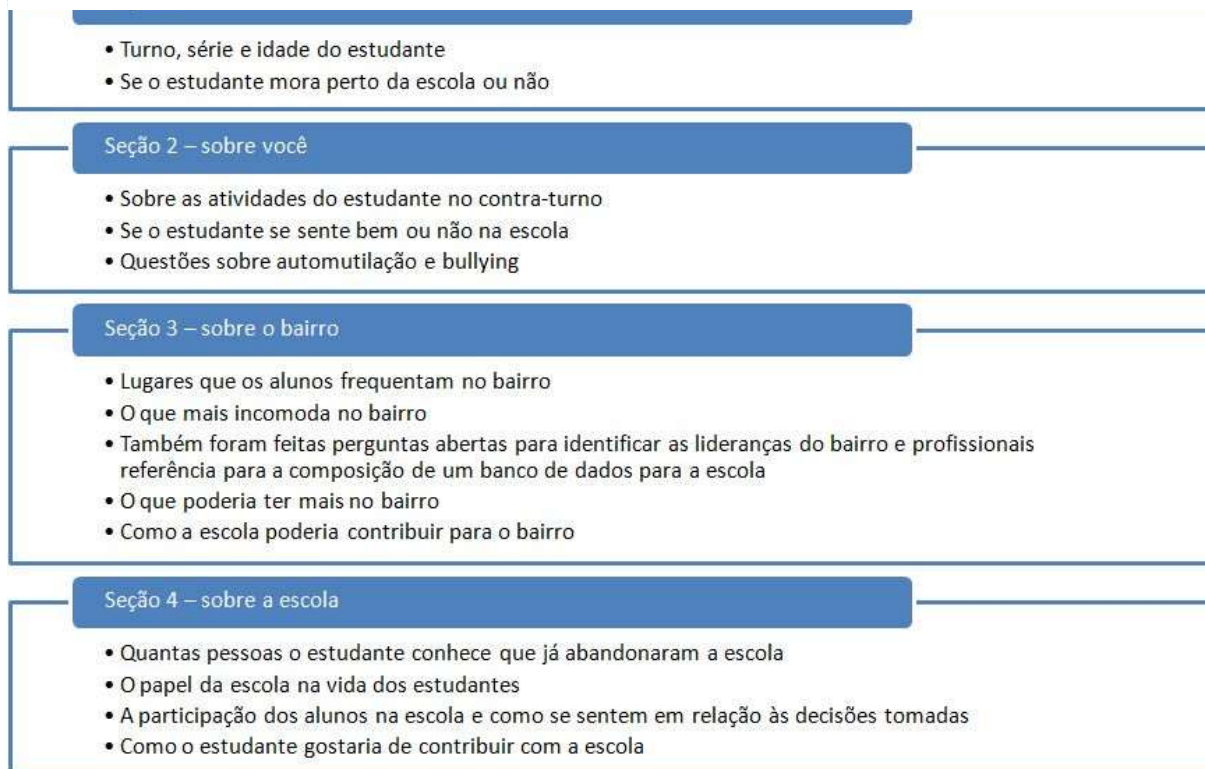
Por fim, na EEEFM São João Batista, a amostra foi de 374 estudantes de um total de cerca de 1300. Foi selecionada uma turma de cada ano de ambos os turnos, matutino e vespertino, do sexto ano do Ensino Fundamental II até a terceira série do Ensino Médio.

Após a aplicação das pesquisas, os resultados foram analisados pelos professores com seus estudantes e ficarão armazenados no banco de dados da escola para eventual consulta. Os dados gerados pelo formulário foram utilizados como direcionamento para as ações que cada escola preferiu seguir.

Nas 3 escolas citadas, optou-se por organizar uma reunião com líderes comunitários e representantes do corpo escolar para expor os resultados relevantes da pesquisa e também compreender o que os líderes pensam sobre a comunidade. A conversa transitou entre características e aspectos do surgimento da comunidade no entorno, para conhecerem mais do contexto histórico, social e cultural do bairro, carências e necessidades atuais do bairro, assim como possíveis soluções. Também foi discutido sobre sucessos e fracassos nas ações das lideranças, além da apresentação do projeto Escola-Comunidade e das ideias dos estudantes em relação às ações pretendidas, para estimular a aproximação e participação dos líderes.

Em seguida das reuniões e em decorrência do que foi discutido, cada escola definiu suas ações prioritárias, levando em consideração suas demandas específicas.

Figura 1 – Seções e perguntas elaboradas para o questionário respondido pelos estudantes



Fonte: autores, 2019.

2 Resultados por escola

Todas as escolas aqui citadas estão localizadas em zonas de vulnerabilidade social, onde o acesso a locais com infraestrutura para lazer, momentos de recreação e integração são escassos e o ambiente estrutural da escola pode e deve ser usado para sanar essa carência.

A partir do resultado das pesquisas realizados nas três escolas, foi possível observar problemas comuns entre elas, ainda que todas estejam distantes geograficamente. Pressupõe-se que determinado resultado advém das localidades em que estão situadas: a EEEFM João Crisostomo Belesa e EEEFM São João Batista estão instaladas em zonas de vulnerabilidade. A partir das respostas dos estudantes, de maneira geral foram apontadas necessidades como: áreas de lazer e integração; saneamento básico, limpeza e organização do bairro, entre outros. Enquanto ambiente escolar, percebeu-se a necessidade de implantar ações contra o bullying, que promovam a saúde mental e maior participação dos alunos nas decisões da escola, para propiciar momentos de reflexão e melhorar a relação entre estudantes e equipe escolar, entre outras ações que podem ser incentivadas para viabilizar uma

escola que faça sentido para os alunos e os moradores de seu entorno.

Fonte: autores, 2019.

Figura 2 – Resultados sintetizados de questões fechadas e comuns nos formulários, separados por escola

Seção	Questão fechadas comuns nos questionários	Almirante Barroso	João Crisóstomo Belesa	São João Batista
1	Série	1ª a 3ª série do EM	2ª e 3ª série do EM	6º ano a 3ª série
	Idade	14 a 20 anos	16 a 19 anos	12 a 18 anos ou mais
	Mora no bairro ou proximidades	30%	90%	83,4%
2 – Sobre você	Realizam atividades no contra turno	56%	86%	77,2%
	Você se sente bem na escola?	52% sim, 40% não e 8% sem resposta	59% sim e 41% não	Pergunta aberta – maioria SIM
3 – Sobre o bairro	O que mais te incomoda no bairro?	O lixo nas ruas	1º Violência 2º Falta de espaços de lazer	1º Serviços de saúde sem qualidade 2º Falta de espaços de lazer/Lixo e sujeira
4 – Sobre a escola	Se sente parte das decisões da escola	0%	23%	27,3%

A partir dessas afirmações se faz necessário proporcionar além de espaços físicos, espaços para discussões e reflexões entre a comunidade e a escola é o lugar onde é possível acontecer essa interação.

O levantamento de dados realizado pelos alunos proporcionou resultados interessantes que possibilitaram aprendizado e crescimento para os alunos, além da construção de um banco de dados que poderá ser utilizado como base para dar continuidade a outros trabalhos. Os professores ainda notaram ao decorrer dos encontros um estreitamento entre a escola e a comunidade por meio dos relatos dos alunos e dos líderes e representantes da comunidade.

Como resultado, a partir das informações obtidas através da pesquisa e análises com o grupo do projeto, cada escola estabeleceu os próximos passos para ações que já estão sendo realizadas ou serão promovidas até o final do ano de 2019.

Assim sendo, o grupo da EEEFM Almirante Barroso iniciou com pequenas ações abertas aos estudantes, funcionários da escola moradores do entorno. Dentre essas: conserto das cestas de basquete da quadra e abertura da escola aos sábados

para uso da comunidade, ações dentro e fora da escola que promovessem a cultura de preservação do patrimônio escolar, divulgação de eventos escolares, e promoção da conscientização e educação dos moradores quanto aos resíduos descartados indevidamente.

Na EEEFM João Crisostomo Belesa os alunos decidiram pela iniciativa de criar um clube do livro, tendo em vista a dificuldade de escrita e leitura dos estudantes, dos pais e moradores da comunidade que foi previamente identificada por eles através da pesquisa. Os alunos se reuniram com os professores de Português da escola, a fim de aprender a conduzir o grupo de leitura, e criaram cartazes de divulgação para colocar na escola e na comunidade. O clube foi pensado para acontecer aos sábados, permitindo assim maior participação de alunos e moradores da comunidade.

Por fim, na EEEFM São João Batista os estudantes optaram por buscar uma área abandonada para ser revitalizada no bairro, com o propósito de construir um espaço comum para lazer e cultura. A área será escolhida após estudo de viabilidade e conversa com os moradores da localidade. Os estudantes também planejam realizar um cinema aberto à comunidade na escola aos finais de semana, com filmes selecionados para posterior discussão entre os participantes.

3 Dificuldades encontradas

As dificuldades encontradas foram adversas e diferenciadas em cada contexto escolar. Na EEEFM João Crisóstomo Belesa, a maior dificuldade de implantação tem sido a participação dos alunos. Cerca de 86% deles realizam atividades no contraturno, como cursos, menor aprendiz, ou algum trabalho informal, o que impossibilita a participação das reuniões e atividades. Além disso a prática de estar na escola aos finais de semana não foi bem aceita pelos alunos, que enxergaram uma continuidade do que é feito durante a semana. Após formado o grupo de trabalho, outras dificuldades foram encontradas, como o engajamento da escola, o que retardou o andamento das ações a serem desenvolvidas. Todavia, os pequenos movimentos que foram feitos alcançaram alguns alunos e alguns professores, que se apropriaram de parte do projeto, realizando atividades e incentivando a continuação do mesmo, o que enalteceu e estimulou a continuação por parte dos participantes dos projetos. E Escola João Crisostomo possui uma estrutura precária e se encontra em reforma,

esse fato também corrobora para uma dificuldade em realizar encontros, ou ações dentro da mesma.

As dificuldades encontradas na EEEFM Almirante Barroso se deram quanto ao engajamento, não houve colaboração por parte da gestão, do corpo docente ou coordenação. O professor coordenador do projeto junto aos alunos planejaram e desenvolveram as atividades sem qualquer apoio. Outro ponto muito importante é o tempo que os alunos precisam permanecer na escola ou no bairro para se pesquisar e executar as ações sem a disponibilização de merenda pela escola, sabendo que passarão dois turnos na escola.

A situação não é muito diferente na EEEFM São João Batista, pois o engajamento dos alunos também foi fraco. O grupo que iniciou-se grande, hoje está reduzido em apenas dois alunos dos terceiros anos, o que é prejudicial ao projeto, que tem a intenção de continuidade na escola. A solução para este problema foi recrutar os líderes de turma para protagonizar as ações já estabelecidas pelo grupo. A permanência no contra-turno também se mostra uma barreira para os estudantes, o que leva a uma demanda de esforço e energia maiores para tentar se trabalhar no próprio turno.

Considerações Finais

Ainda que o projeto não tenha sido finalizado e com todos os percalços no caminho, os professores notaram mudanças de atitude e percepções nos alunos que se envolveram nas ações. É de suma importância despertar no estudante sua voz e potência, e os participantes demonstraram ter desenvolvido sua autonomia frente aos acontecimentos na escola e na comunidade. O sentimento de pertencimento incitou comportamentos solidários, cooperativos e estimulou os estudantes a tomarem ciência dos acontecimentos da comunidade e sociedade que o cerca, o que enaltece ainda a autoestima do aluno e o ajuda a moldar sua identidade.

Os desafios frente a abertura das portas entre a escola e a comunidade são muitos e é necessário uma maior investigação e persistência nesse campo para que se tornem cada vez mais próximos. A partir desta pesquisa foi possível notar que a escola como integrante da comunidade onde está inserida, tem um papel de extrema

importância no processo de transformação dos ambientes, dos alunos enquanto cidadãos, da comunidade escolar em geral. Nesse sentido foi possível notar o poder transformador que um pequeno grupo de pessoas engajadas pode ter, em paralelo a necessidade de engajamento da comunidade escolar que potencializaria o alcance e a efetividade das ações.

Referências

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN. *Relatório jovens fora da escola*. Governo do Estado do Espírito Santo. Secretaria do Estado de Economia e Planejamento - SEP. IJSN. Vitória, 2017. 102 p. Disponível em: <https://sedh.es.gov.br/Media/sedh/DOCUMENTOS%202017/Relatorio_Jovens_fora_da_escola-.pdf>. Acesso em: 19 set. 2019.

IPEA. *Atlas da violência 2018*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 21 set 2019

SEDH. *O programa Ocupação Social*. Espírito Santo, 2019. Disponível em: <<https://sedh.es.gov.br/o-programa>>. Acesso em: 18 set. 2019

MEMORAR É (R)EXISTIR: MUSEU COMUNITÁRIO EM JESUS DE NAZARETH

Ariane Lucas GUIMARÃES¹

Leonardo Bis dos SANTOS²

Resumo

Esta pesquisa se insere na linha de investigação de “Práticas Educativas” do Curso de Mestrado Profissional ofertado pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), campus Vitória-ES. Tal pesquisa objetiva a elaboração de um museu comunitário no bairro de Jesus de Nazareth, Vitória-ES. Este tema foi desenhado ao longo da ação do projeto de extensão “Educação, Cidadania e Emancipação Humana: escola e comunidade unidas para construir tecnologias sociais que gerem o empoderamento popular” desenvolvido pelo instituto em parceria com a comunidade local, que tem como basilar estimular a emancipação social. Com base nas leituras e diálogo com os pares de pesquisas, entendemos que a teoria e metodologia da Museologia Social ou Sociomuseologia nos apresentam discussões e ferramentas necessárias para a implementação do projeto, pois destaca o processo democrático no inventário participativo, envolvendo e reconhecendo a comunidade como parte integral desse processo; infere uma reflexão dialógica que interliga teoria e prática; envolve a interdisciplinaridade ao pensar na complexidade das relações sociais a níveis globais e locais; propõe uma educação patrimonial em que se discute sua própria construção cultural; e que, portanto, se insere num percurso emancipatório. Por fim, esperamos que este projeto contribua para a construção de uma representação social da comunidade por si mesma, contrapondo a estigmatização da imagem social das periféricas urbanas que reproduz a exclusão social em diversos níveis.

Palavras-chave: Museu Comunitário; Museologia Social; Participação Comunitária; Memória Coletiva; Patrimônio Cultural; Narrativa Histórica; Emancipação Social.

Introdução

Como relato de experiência, penso em iniciar o texto tratando de trajetórias. Começo com a minha. Em 2011 comecei o curso de Licenciatura em História na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) durante o qual participei do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – Pibid no período de 2014-2015. Em 2016 integrei o curso de extensão “Alfabetização Científica no Contexto da Cidadania

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades, na linha de pesquisa Práticas Educativas, sob a orientação de Leonardo Bis dos Santos. E-mail: arianeguimaraes@hotmail.com

² Sociólogo e Doutor em História Social. Docente do Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades do Ifes. E-mail: leonardo.bis@ifes.edu.br

Socio-Ambiental” – ofertado pelo Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) – que, com princípios emancipatórios, era voltado para o público em geral. Teve como percurso metodológico uma rota do conhecimento pela cidade de Vitória com pontos pré-estabelecidos para a discussão de políticas públicas, mobilização da sociedade civil, divulgação de saberes científicos e práticas populares. Neste trajeto tenho muito o que agradecer a todos os participantes, principalmente aos professores responsáveis pelo curso. Não poderia ser a pessoa que sou hoje se não os tivesse conhecido, porque foi nesse momento que pude experimentar uma educação de proposta permanente e emancipatória que é capaz de proporcionar mudanças relacionais.

Outra parte fundamental dessa jornada foi ter integrado o projeto de extensão do Ifes na Escola de Ciência-Biologia e História (ECBH) durante os anos de 2017 e 2018. Fruto da parceria interinstitucional do Ifes com a Prefeitura Municipal de Vitória-ES, previa a atuação do instituto nos Centros de Ciência, Educação e Cultura da cidade na concessão de bolsas de extensão para alunos que atuam nos espaços como mediadores e pesquisadores de práticas educativas. Foram três espaços contemplados pelo projeto: a Escola de Ciência-Física (no Parque Moscoso), a Praça da Ciência (Enseada do Suá) e a Escola de Ciência-Biologia e História (Sambão do Povo, bairro Mario Cypreste). Fazer parte da equipe deste espaço também foi importante para pensar e repensar sobre alguns conflitos inerente à complexidade da vida, já que a ECBH dialoga diretamente com esses conflitos - os socioambientais. É um lugar que se propõe como uma leitura da cidade, e, deste modo, entender os conflitos inerentes à urbanidade e sua relação com o espaço. E como desdobramentos dessas evidenciações, através da observação e da vivência no espaço que constatamos um aparente vazio: a participação da comunidade de Mario Cypreste no local. Entendemos que há uma grande diferença entre estar inserido geograficamente na comunidade e pertencer à comunidade. Assim, foi esse vazio, esse silêncio, que nos motivou a estudar a relação do espaço de educação com a comunidade. Como se dá essa dinâmica social? E a partir de então, construir uma prática educativa coletiva que proponha diálogos entre espaço e comunidade.

Foram essas inquietações iniciais que motivaram a escrita do pré-projeto para concorrer à vaga neste programa. Porém, durante o período letivo de 2018/1 algumas mudanças foram importantes para a configuração do atual objeto de pesquisa. Entre

elas, a oportunidade de atuar como bolsista no projeto de extensão “Educação, Cidadania e Emancipação Humana: escola e comunidade unidas para construir tecnologias sociais que gerem o empoderamento popular” ofertado pelo Ifes, campus Vitória no bairro Jesus de Nazareth. Assim como um processo histórico, esse projeto de pesquisa evidencia mudanças e permanências. O que continua sendo o foco da proposta de pesquisa é a comunidade.

Acompanhar as ações comunitárias no bairro com o vínculo de bolsista proporcionou ouvir alguns desejos e expectativas das pessoas envolvidas no projeto de extensão. Entre tantos, o que gerou inquietação de pesquisa foi o desejo de resgate e divulgação da memória coletiva do bairro, evidenciando a resistência histórica da permanência no local e a vida comunitária.

A concepção de tal projeto pode ser descrita quase como coletiva. Foram necessárias várias conversas com orientador, colegas de turma, participantes do projeto de extensão e, por fim, com uma museóloga. Uma ideia de recuperar e preservar uma memória coletiva tomou corpo como museu comunitário. Categoria que carrega em si um processo educativo emancipatório e humanizador, já que prevê a reflexão da realidade, como conscientização, como diz Freire (2017), possibilitando a inserção coletiva dos sujeitos num processo histórico. É contar a sua história.

Talvez se destinado a um programa de pós-graduação em história esse projeto poderia ser descrito como uma proposta de análise de uma “história vista de baixo” (Jim Sharpe, 1992), perspectiva que, sem dúvidas, forneceu uma base de materiais para a construção de narrativas de história social. Porém, a perspectiva da educação como processo emancipatório nos convida a ouvir e participar da elaboração de uma narrativa de representação social.

1 A pesquisa e seus desdobramentos

Na dimensão da construção imaginária social, as imagens e propagações de suas representações geram movimentos de exclusão social. Sem grandes espaços para contrapor essa forte imagem social das periferias urbanas, algumas comunidades procuraram se organizar para divulgar uma representação social de si mesmas oriunda de um processo democrático e coletivo sob os moldes de museu

comunitário, podemos citar várias comunidades do Rio de Janeiro, assim como algumas na cidade, como o Ponto de Memória de São Pedro.

Este tema gerou algumas inquietações de pesquisa. O que há de democrático numa história oficial criada e perpetuada nos grandes nomes e fatos? Onde está o reconhecimento nas histórias do cotidiano? Das memórias que constituem a vida comunitária? O compartilhar as memórias sociais?

O problema de pesquisa pode ser entendido como a seguinte pergunta: a auto representação social da comunidade de Jesus de Nazareth na construção de uma narrativa histórica local através do acesso às memórias sociais é um processo emancipatório?

Nossa hipótese é que o empreendimento desse projeto de museu comunitário pressupõe uma educação emancipatória ao entender que o processo de escolha patrimonial é democrático, e que pressupõe a elaboração de um pensamento complexo de si mesmo enquanto indivíduo e comunidade.

2 A trajetória coletiva

Essa proposta de museu comunitário foi apresentada ao grupo de ações coletivas Escola e Comunidade, uma articulação iniciada com outra pesquisa deste programa de mestrado, da mestra em ensino de humanidades, Izabella Costa Santiago. O grupo mostrou interesse e combinamos de nos encontrarmos semanalmente para discutir esse projeto.

No primeiro encontro convidamos a museóloga Paula Nunes da Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo (Secult) para apresentar o que é museu comunitário e o projeto Ponto de Memória do estado.

Após esse primeiro encontro, iniciamos as reuniões semanais na biblioteca da escola do bairro, Edna de Mattos Siqueira Gaudio. Nessas reuniões convidamos mais pessoas que se interessam pelo projeto e discutimos as expectativas para o museu, assim como os projetos que poderiam se articular nesta proposta. Tivemos participação de projetos de banda infantil, restauração patrimonial e pintura grafite. Outras ideias de projetos futuros também apareceram. Pudemos perceber que para

que tais projetos se realizassem era necessário ter um local físico. Assim, o grupo sugeriu que o espaço fosse um galpão abandonado ao lado da escola, aliando o interesse de preservação patrimonial, já que mostra características de se tratar de um antigo armazem do século passado.

Depois dessas primeiras reuniões fizemos encontros nos formatos de oficinas para discutir o que é história, memória, e a construção de uma narrativa coletiva. Foram momentos de rememoração e divulgação dessas memórias entre o grupo. Fizemos nossa linha do tempo individual e coletiva mostrando fatos e memórias importantes do bairro. Após isso, fizemos em conjunto uma entrevista com um antigo morador do bairro, que é pai de uma participante da pesquisa. Nesta entrevista coletiva pudemos aprender o que é necessário neste processo, aprendizado importante para a próxima fase da construção de narrativas históricas do museu: as entrevistas com moradores.

Atualmente estamos fazendo entrevistas com moradores antigos do bairro coletando de suas vivências aspectos de transformação do espaço, da construção de memórias coletivas, lendas e suas trajetórias individuais. Neste processo falamos com os moradores que suas histórias são importantes e que por isso estamos construindo – como um processo – um museu comunitário para divulgar essas histórias importantes.

O interessante deste processo é ver como isso pode ser um catalizador de empoderamento cidadão, já que a valorização da história é um direito humano e memoração uma construção simbólica de representação social de combate à exclusão social, categoria de negação deste direito.

Na tentativa de estudar a mudança de mentalidade histórica, ou seja, a percepção humana de sua projeção histórica, Reinhart Koselleck (afirma que a partir da Modernidade a história passou a ser vista como uma estreita relação entre passado – expresso na ideia de experiência – e futuro – como horizonte de expectativas. Experiência e expectativas são movimentos que permitiram aos homens elaborarem uma concepção histórica em que os reafirma como sujeitos, constituindo um futuro passado, condições em que se conhecem as esperanças e memórias dos homens. Condição que corrobora para as possibilidades de história. Pois conjuntam as

experiências particulares no universo social (KOSELLECK, 2006).

Por isso trazer a memória coletiva como ponto central para a construção de uma narrativa histórica é passo importante para a projeção de um horizonte de expectativas que se mostra possível agora.

Essa projeção é ressaltada pelo historiador e memorialista Jacques Le Goff (1990): “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”. A dimensão de trabalho coletivo para a construção da narrativa histórica através do resgate da memória é lembrada pelo autor.

Papel coletivo, a narrativa histórica quando sequestrada a uma lógica de vencedores e vencidos reproduz a linhagem do mundo simbólico que criam categorias de representação da exclusão social.

Considerações Finais

Como projeto que se propõe a uma construção coletiva, esperamos que os resultados sejam percebidos na coletividade e evidenciem caminhos emancipadores. Este projeto de museu comunitário não se encerrará com a presente pesquisa, pelo contrário. Esperamos que sejam os primeiros passos para um processo de ressignificação constante em que a comunidade se faça ouvida e representada por si mesma, contrapondo uma imagem social que na urbanidade brasileira tende a reproduzir a exclusão social.

Referências

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo R. (orgs.). *Pesquisa participante: a partilha do saber*. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CORREIA, J. A. (1999). Relações entre escola e comunidade: da lógica da exterioridade à lógica da interpelação. *Aprender*, 22, Julho, p.129-134.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa:

Memória e Sociedade/ Difel, 1987.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FREIRE, Paulo. *A Educação na Cidade*. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 18 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 64.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GOLDANI, Ana Maria. Demografia da exclusão: construção de uma agenda da perspectiva do Sul. In: OLIVEIRA, Maria Coleta (org.). *Demografia da exclusão social*. Campinas: Editora da Unicamp, Nepo, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006.

LIMA, Mário Hélio Trindade. *Exclusão social: representações sociais da pobreza no Brasil*. Vitória: EDUFES, 2005.

SABATINI, Francisco. Transformação urbana e dialética entre integração e exclusão social: reflexões sobre as cidades latino-americanas e o caso de Santiago do Chile.

In: OLIVEIRA, Maria Coleta (org.). *Demografia da exclusão social*. Campinas: Editora da Unicamp, Nepo, 2001.

SANTOS, José Vicente Tavares do. *A violência simbólica: o Estado e as práticas sociais*, Revista Crítica de Ciências Sociais, n.108, 2015, p. 183-190.

SANTIAGO, Izabella Costa. *Refazer o caminho da história local: uma possibilidade de ensino a partir da parceria 'escola & comunidade'*. 2018. 205 f. Dissertação (Mestrado profissional em Ensino de Humanidades) - Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades, Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

Disponível em: <https://biblioteca2.ifes.edu.br/vinculos/000013/0000133E.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2018.

NAVEGANDO JUNTOS: TRANSFORMAÇÕES A PARTIR DE PRÁTICAS DE ENSINO NO MESTRADO EM ENSINO DE HUMANIDADES

Rafaela Soares da Silva ULIANA¹

Resumo

Este relato de experiência apresenta o processo em curso da linha de práticas de ensino no mestrado em Ensino de Humanidades do Ifes (campus Vitória) desenvolvidas na pesquisa “Navegando pela História: experiência de construção coletiva de práticas de ensino de História na E. M. E. F. Edna de Mattos”. O objetivo central da pesquisa é construir coletivamente, a partir do cotidiano de discentes e docentes, um roteiro de estudos para o ensino de História no nível Fundamental II da E. M. E. F. Edna de Mattos. Em busca de alcançarmos este e outros objetivos traçados, intencionamos desenvolver uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo intervenção pedagógica. A aproximação com a obra de Paulo Freire contribui para compreensão dos processos da pesquisa e tem gerado mudanças na prática de ensino da pesquisadora.

Palavras-chave: Educação. Paulo Freire. Práticas de Ensino.

Introdução

Esse relato se inicia com uma das razões que me levou até o mestrado: reflexões sobre a minha prática, e que relacionam-se com minha trajetória de encontro com a vida e obra de Paulo Freire.

Minha primeira formação superior é em Ciências Sociais, com habilitação em licenciatura e com essa formação sigo até os dias atuais trabalhando em escola, como professora em diferentes segmentos e disciplinas.

Cursei uma segunda graduação, dessa vez em Serviço Social. Nesse curso, participei do Grupo de estudos sobre Cultura e Educação Popular (GECEP). Foi nos debates proporcionados nesse espaço e nos encontros com Movimentos Sociais em atividades do grupo que tive a sorte de começar a conhecer as ideias de Freire.

Sigo minha vida de estudante, sou mestranda no Programa de Pós-graduação

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades do Ifes campus Vitória. Integrante do grupo de pesquisa Histofic (História e Filosofia da Ciência). E-mail: rafaelassuliana@gmail.com

em Ensino de Humanidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES - campus Vitória). Aqui o encontro com os conceitos e proposições de Paulo Freire acontece mais intensamente, tanto que o projeto de pesquisa que desenvolvo no mestrado tem como fundamentação teórica e metodológica os pressupostos freirianos. Mais que isso, passei a colocar em prática mais ações dialógicas e horizontalizadas com os estudantes e colegas de trabalho.

Na minha vida estudantil experimentei práticas e condutas das mais diversificadas dos meus educadores, uns bem distantes e outros muito acolhedores. Hoje consigo ver com mais clareza o quanto o processo de ensino e aprendizagem precisa ir além das atividades e conteúdos, envolve afeto, atenção e escuta atenta. Exige comprometimento político e desejo de transformação. Meu olhar para os estudantes sempre foi respeitoso e cuidadoso, mas hoje cuido ainda mais dessa relação. Respeito ainda mais a fala de cada um deles, escuto mais, aprendo mais.

1 A pesquisa e transformações

Nos estudos e pesquisas do mestrado em Ensino de Humanidades um dos compromissos é desenvolver pesquisas aplicadas, que tenham relevância social e sejam propositivas na busca de práticas emancipatórias nas escolas e espaços com potencial educativo. No percurso metodológico que trilhamos na linha de Práticas Educativas desse programa é imprescindível refletir sobre a metodologia de ensino que está conectada à melhor compreensão do objeto de pesquisa e à relação com os participantes dessa pesquisa.

A pesquisa que propomos desenvolver tem como objeto de estudo a construção coletiva de um instrumento para o processo de ensino-aprendizagem, qual seja, roteiros de estudos para o ensino de História no nível Fundamental II em uma escola municipal. A escola em questão é um espaço que busca dar forma aos currículos escolares com a participação ativa dos estudantes, e não trabalhando conteúdos fragmentados, mas sim projetos integrando os conteúdos de forma globalizada, pensados com seus estudantes e que permitem a comunicação entre os diferentes conteúdos escolares.

Para realizar um projeto que propõe uma prática educativa nessa escola, é

necessário que seja proposta uma metodologia que entre em consonância com a forma partilhada e coletiva que as ações já acontecem na instituição. Um grande pensador brasileiro que nos ajuda a ver e viver a escola como espaço de autonomia e liberdade é Paulo Freire. Um educador que instaurou um novo paradigma para a educação. Streck, Redin & Zitkoski (2017) nos mostram que a obra de Freire dialoga com muitos estudiosos que se dedicaram à construção de fundamentos teóricometodológicos para uma educação libertadora.

Gadotti (2017) mostra que a escola sempre foi defendida por Paulo Freire, considerando-a como espaço de relações sociais e humanas. Com sua abordagem crítica, Freire compreendia que a escola serve tanto para manutenção como para transformação social. Além disso, defendia que não é só na escola que se aprende e que a escola é também um espaço para conversar, discutir, fazer política. A escola para Freire (2016, p. 111) é entendida como espaço de diálogo, sendo o diálogo um encontro com o outro.

Pensando a escola como espaço de contradições e de construção coletiva do saber, os currículos na perspectiva freiriana não devem deixar de considerar os saberes que os educandos possuem, suas vivências. Nesse sentido, o que se reflete é a sistematização dos saberes em currículos, considerando que os conteúdos eleitos são escolhidos por alguém, para alguém e com intencionalidades. Então, se defendemos uma escola democrática, pública e de qualidade, devemos buscar uma educação humanizadora e emancipadora, que leve os seres humanos a serem sujeitos ativos, fazedores da história. Essa perspectiva educacional se distingue de um tipo de educação que Freire (2016, p. 142) chamou de “educação bancária”. A prática “bancária” de educação é antidialógica por essência, não comunicativa. Nessa perspectiva “o educador deposita no educando o conteúdo programático da educação, que ele mesmo elabora ou elaboram pra ele”. Numa lógica oposta a essa, Freire (2016) propõe uma visão libertadora da educação, com conteúdos programáticos nascendo e partindo do povo, em diálogo com os educadores, refletindo os anseios e esperanças desses indivíduos. Afinal, quem melhor que o próprio oprimido para falar das opressões sociais?

Na perspectiva freiriana, a raiz da educação está em reconhecer que os indivíduos são seres inacabados, em uma constante busca por ser mais. Como as

reflexões a partir da obra de Freire têm gerado transformações em minha prática profissional, vou me dedicar a dar atenção a uma das peças fundamentais no processo de ensino-aprendizagem: os educadores. Freire (2013) nos apresenta saberes fundamentais para a prática docente. O autor faz questão de frisar que toda atividade requer saberes específicos, com a atividade de ensino não é diferente, porém deixa claro que está querendo destacar os saberes necessários para a prática docente daqueles que buscam ser educadores críticos. Freire (2013, p. 24) ressalta que “a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blá-blá-blá e a prática ativismo.” O autor se debruça sobre a importância da formação dos professores. Freire (2013) evidencia a ideia de que educar não é a transferência de conhecimentos e exige rigor metodológico. O educador democrático precisa, em sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade e insubmissão. Fugindo da lógica da “educação bancária”, os educandos vão se transformando em sujeitos que constroem e reconstroem os saberes, ao lado do educador, que também é sujeito no processo. Freire (2013) elenca alguns aspectos que um educador crítico deve observar nesse processo de ensino e aprendizagem, afirmando que educar exige: pesquisa; respeito aos saberes do educando; criticidade; estética e ética; corporificação das palavras pelo exemplo; risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação; reflexão crítica sobre a prática e o reconhecimento e a assunção da identidade cultural. Freire (2013) destaca ainda outros saberes necessários ao educador crítico como a humildade, a tolerância, o bom-senso, a consciência do inacabamento do ser e da autonomia do educando. Educar com alegria, esperança e comprometimento confere a esse processo de ensinoaprendizagem a convicção de que a mudança é possível.

Na perspectiva freiriana, não é possível o ato de ensinar sem aprender. Pensar o método nessa perspectiva exige compreender a obra de Paulo Freire, um pensador e educador que buscava a transformação social. Em Brandão (2005, p. 16) vemos que “Paulo Freire não propôs um método entre outros um método psicopedagogicamente diferente e, quem sabe, melhor? Antes de fazer isso ele investiu aos brados com uma educação, contra outras.” Nesse sentido, Paulo Freire explicitava o tipo de mundo desejado, diferente do desumanizado que temos, acreditando que a educação se reinventa, ajudando a construir um novo tipo de

sociedade. Em Brandão (2005, p. 87) vemos que na pedagogia freiriana “o método é instrumento de preparação de pessoas para uma tarefa coletiva de reconstrução nacional”. Paulo Freire foi o idealizador de um plano nacional de alfabetização revolucionário. Por isso, quando falamos em método, o que ele criou para esse plano logo se evidencia, mas é preciso observar que seu objetivo maior transcendia a leitura da palavra escrita e almejava sujeitos com leitura crítica de mundo.

No meu exercício profissional, como professora de Sociologia para o Ensino Médio, tenho buscado cada vez mais seguir essa lógica da leitura de mundo, apesar de toda a grade curricular que exige-se que seja seguida, creio ser possível estimular os estudantes a pensarem de forma crítica, compreendendo a realidade à sua volta e buscando transformações. Esse mesmo movimento observo na prática pedagógica que está associada à pesquisa de mestrado que compartilho com educadores e estudantes da escola Edna de Mattos. A escola tem o Roteiro de Estudos como um dos instrumentos do processo de ensino-aprendizagem e, na disciplina que acompanho, o professor busca construir coletivamente esse instrumento com os estudantes, ouvindo os temas de interesse a serem pesquisados. Vale ressaltar que Freire nos mostra que essa escolha tem intencionalidades, deve fazer sentido para os estudantes e buscar transformações.

Nesse processo de pesquisa, as discussões do grupo de História e Filosofia da Ciência (HISTOFIC) têm auxiliado a compreender a dinâmica da pesquisa e as transformações decorrentes. Um exemplo desse auxílio se dá com os debates das ideias de Fromm (1967) por meio dos quais temos resgatado alguns conceitos que auxiliam em nossas leituras de mundo e nos debates de que educação queremos para os homens que podemos ser. No conceito marxista de homem o indivíduo deve ser livre de alienações e sua felicidade só é plena quando estamos conectados com os outros indivíduos e com a natureza.

Considerações Finais

Perceber que o processo de pesquisa pode alcançar mudanças incalculáveis é um estímulo para continuar. Apesar da pesquisa estar em andamento, já é possível experimentar o movimento da práxis. Os estudos e atividades realizados propiciam mudanças de ordem pessoal e profissional, além de gerar importantes reflexões

acerca da educação em nosso país. Acreditamos que os conteúdos curriculares podem ser seguidos associados a temáticas demandadas pelos estudantes, que façam parte do cotidiano deles. Desse modo, temos uma educação rica de sentidos, pela qual Paulo Freire tanto lutou. Esse caminho nos anima a esperar, acreditando em transformações tanto para a educação como para a sociedade.

Referências

- BRANDÃO, Carlor R. *O QUE É MÉTODO Paulo Freire*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. 45ª ed. [1996]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 62ª ed. [1967]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- FROMM, Erich. *Conceito marxista do homem*. 6 ed. Zahar editores: Rio de Janeiro, 1967.
- GADOTTI, Moacir. Escola (verbetes). In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides R.; ZITKOSKI, Jaime J. (Orgs). *Dicionário Paulo Freire*. 3. ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. (p. 154 – 156).
- STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides R.; ZITKOSKI, Jaime J. (Orgs). *Dicionário Paulo Freire*. 3. ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. 439p.

PRÁTICAS COLETIVAS PARA EMANCIPAÇÃO SOCIAL

Vanessa Darmani LIMA¹
Leonardo Bis dos SANTOS²

Resumo

Apesquisa surge do desejo em desenvolver uma prática de ensino e aprendizagem em espaços de educação não formal fundamentada no trabalho coletivo horizontal para a emancipação social. Como referência de trabalho coletivo recorri às experiências desenvolvidas por grupos de teatro latino-americanos do Brasil e Colômbia, mais especificamente, da minha experiência de nove anos no Grupo Folgazões e de três anos na Árvore Casa das Artes, ambos de Vitória/ES, e o Grupo Colombiano Lá Candelária. Com base nos conhecimentos de trabalho coletivo oriundos das experiências desses grupos teatrais pretendo recriar procedimentos metodológicos a partir de uma pesquisa participativa de intervenção social no Morro da Piedade, em Vitória-ES. A obra do educador brasileiro Paulo Freire e as práticas de criação coletiva do Grupo Lá Candelária da Colômbia servirão de referencial teórico para a pesquisa e para as ações práticas das atividades propostas durante esta pesquisa.

Palavras-chave: Educação Não Formal; Emancipação Social; Trabalho Coletivo.

Introdução

A pesquisa tem como tema gerador os procedimentos de trabalho coletivo e horizontais de criação artística de grupos teatrais e o seu potencial como instrumento de ensino e aprendizagem para uma educação emancipatória. O objeto da pesquisa são um grupo de moradores da Piedade que atuam em atividades já em andamento nas ações da horta do Morro da Piedade e das ações educativas do Circo na Floresta. Tomamos como referência para o tema da pesquisa, o Grupo Teatral La Candelaria da Colômbia e a experiência que trago de 12 anos em teatro de grupo no Espírito Santo sendo os três últimos anos na Árvore Casa das Artes, grupo inserido no território próximo ao Morro da Piedade, em Vitória ES. Como metodologia adotamos a pesquisa participativa do tipo intervenção social. Desta forma estamos construindo juntamente com o grupo de pessoas que atuam na horta da Piedade, no Circo na Floresta e as demais ações a serem desenvolvidas na comunidade, um modelo de participação que

¹ Estudante do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades -PPGEH –IFES; E-mail: vanessadarmani@gmail.com

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades -PPGEH –IFES; E-mail: Leonardo.bis@ifes.edu.br

através de ações coletivas e de caráter horizontal busque a proposição de transformações para a emancipação social. Para tanto, temos as seguintes perguntas: É possível desenvolver uma prática educativa que se baseia em experiências coletivas e horizontais de grupos teatrais em uma comunidade em vulnerabilidade social? A horta da Piedade, e as ações educativas do Circo na floresta podem se constituir como espaços de aprendizagem transformadores na busca pela emancipação social? A pesquisa participativa pode contribuir para criação de uma prática de ensino e aprendizagem utilizando como recurso metodológico o trabalho coletivo e horizontal? Como objetivo geral, a pesquisa busca investigar como o uso de metodologias de trabalho coletivo de teatro de grupo, aplicadas a ações de cunho comunitário, podem contribuir para a criação de um modelo educativo numa perspectiva crítica e emancipatória. Neste sentido a partir das práticas coletivas de criação teatral, usando como referência teórica o La Candelária da Colômbia pretendemos recriar práticas de ensino e aprendizagem para espaços de educação não formal em ações educativas no Morro a Piedade. Como produto educativo pretendemos registrar o percurso e o resultado das ações no formato audiovisual para produção de um documentário de 15 a 20min que será destinado a professores, educadores, movimentos comunitários e interessados. Junto ao documentário será produzido um material online com sugestões de abordagens educativas que contribuam com professores e educadores para debate após a exibição do vídeo.

1 Percurso Metodológico

Esta pesquisa nasce de uma ação educativa no morro da Piedade que já estava em curso. Em 2018 a Árvore Casa das Artes, espaço artístico do qual sou fundadora e atuante, aprovou um projeto no Fundo Socioambiental Casa que previa ações educativas e ambientais no Morro da Piedade e Fonte Grande. O trabalho de mobilização iniciou-se em agosto de 2018 com visitas regulares nas duas comunidades e mobilizações para a execução do projeto. Uma das maiores ações, seria a criação de uma Horta Urbana e comunitária. Dois meses antes do início das atividades educativas do projeto aprovado, deu-se início a uma série de ataques violentos em que foram vitimadas 9 pessoas, sendo 7 destas brutalmente assassinadas por conta da guerra entre o tráfico. Quando iniciamos as ações de mobilização encontramos um território banhado pelo medo e desacreditado de

qualquer possibilidade de ações coletivas e comunitárias. Iniciamos então o projeto com a atividade de mutirão de pintura do muro do CMEI Carlita Pereira Correa, revitalização com bancos e jardins. Nesta ação participaram pais, Associação de Moradores da Piedade, e a ALEF BEAT uma entidade religiosa. Esta atividade foi realizada dentro da programação da Festa da Família do CMEI Carlita Correa Pereira, e foi um importante marco de mobilização da comunidade em meio a guerra do tráfico. Nos meses seguintes realizamos com uma turma do Integral do CMEI Carlita, aulas sobre destinação de resíduo doméstico, e a confecção de 25 canteiros com mudas de verduras e ervas medicinais, onde as crianças puderam ao final do ano levar o seu canteiro para casa. Como a Comunidade da Piedade vinha sofrendo um processo de muita violência optamos por destinar a maior parte das ações nesta comunidade e concomitantemente na Fonte Grande desenvolvemos canteiros medicinais e uma horta em um quintal privado. Em 2019 com a aprovação do mestrado em ensino de Humanidades no IFES, o projeto em desenvolvimento toma outro sentido. A Comunidade da Piedade dentro de minha pesquisa se torna o objeto, e as várias ações com a comunidade que servirão de espaço de mobilização para as discussões do tema gerador. Em um ano após o início das atividades com o Projeto Morro Vivo e nove meses após ter iniciado o mestrado esta é a única ação educativa dentro da comunidade sendo realizada de forma continuada. O espaço Cultural Casa da Memória do Grupo Raíces da Piedade, próximo a horta permaneceu fechado durante este período, sendo usado algumas vezes como base de apoio para nossas atividades. Com o Projeto Morro Vivo uma pequena horta em um terreno cedido tem sido construída e conta com a participação de duas famílias de forma contínua nos cuidados de rega e capina e seis famílias em dia de mutirão. Dentro do percurso metodológico traçado na pesquisa, a horta tem servido como ferramenta de mobilização da comunidade para disponibilização das futuras ações. As rodas de conversa durante as atividades na Horta têm contribuído para o processo de diagnóstico de conhecimento da realidade social e os personagens que compõe a história da comunidade e quais as demandas dos moradores frente ao cenário de omissão dos direitos sociais e violência instalada por conta do tráfico. Os próximos passos serão proposições de atividades coletivas dentro da Horta da Piedade e no espaço onde estamos chamando de Circo Na Floresta, onde se pretende realizar encontros para trocas de saberes sobre Teatro, Circo e Cultura popular. A partir da

ação junto à comunidade destas atividades que pretendem ser realizadas em formato de cooperação e compartilhamento de gestão e saberes, será construído os relatórios de registros para o estudo da pesquisa.

2 Referencial Teórico

A linha de pesquisa do meu projeto está dentro das práticas de aprendizagem. Sendo o meu objeto “As práticas coletivas para a emancipação social”, utilizarei como referência teórica os estudos metodológicos sobre o trabalho coletivo do Teatrólogo, pesquisador teatral e diretor colombiano Santiago Garcia e sua obra *Teoria Y Practica Del Teatro* (1994) no qual a mais de cinquenta anos desenvolve com o Grupo Lá Candelária a prática da criação coletiva. como referência de pesquisa participativa e educação popular e emancipatória tomarei como referência a obra do educador brasileiro Paulo Freire em especial a *Pedagogia do Oprimido* (2005).

3 Produto Educacional

Como produto educacional da pesquisa, será criado um registro audiovisual no formato de documentário com o tempo de 15 a 20 min. e um folheto explicativo direcionado ao professor e educador popular com link de QR Code disponibilizado juntamente com o vídeo em plataformas livres. No documentário relacionaremos historicamente a ocupação das famílias no Morro da Piedade, relatos de vida das pessoas participantes da pesquisa e as atividades lúdicas no qual o grupo chegou ao tema gerador e as problemáticas desenvolvidas com a pesquisa, e por consequência a busca por soluções coletivas e horizontais pelos participantes. Serão realizados registro das rodas de conversa, registros das intervenções na comunidade a partir da Horta da Piedade e da ação do Circo na Floresta, mutirões, e depoimentos dos grupos envolvidos. O formato deste produto educacional foi escolhido porque primeiramente a partir de conversas com o grupo de famílias que participam da Horta da Piedade existe o desejo pelo registro audiovisual, por várias visitas à localidade e a partir da escuta em encontros, nas rodas de conversa há relatos de que a comunidade precisa ter voz nas mídias de internet e televisão e contar a partir deles, sua história. O produto educativo no formato de 15 a 20 min.

Pretende alcançar não só a comunidade da Piedade como um retorno da pesquisa, mas também escolas de ensino fundamental e médio. O tempo de duração do documentário se faz estratégico, já que as aulas nos espaços de educação formal em sua maioria com duração de 50 min. O professor ou educador poderá em uma aula iniciar após a exibição do material educativo uma roda de conversa sobre o tema com seus alunos. Um material auxiliar com link em QR Code acompanhará o vídeo documentário e será destinado ao educador/ professor auxiliando e sugerindo propostas de atividades práticas que estimularão as rodas de conversa. A partir da experiência do vídeo o grupo poderá desenvolver seu próprio tema gerador e a problemática de sua comunidade. Acredita-se que o documentário e folheto do professor permitirão que as experiências da pesquisa possam se tornar uma referência como proposta de experiência de aprendizagem emancipatória utilizando as práticas coletivas no ambiente comunitário, mas também na educação formal. Após o término do processo de pesquisa seus resultados serão acessíveis em plataformas de redes sociais, sites e programas de tv de cunho educativo e de áudio visual.

4 Resultados Preliminares

A escolha do espaço da pesquisa foi delimitada a partir de duas ações que se integram dentro da Comunidade do Morro da Piedade. A primeira ação iniciada a mais de um ano se deu a partir da parceria com o CMEI Carlita Pereira Correa na implantação de um projeto de horta urbana comunitária. Com a horta sendo utilizada como espaço educativo para o CMEI já realizamos 8 visitas guiadas ao Morro da Piedade com turmas de idade entre 3 a 6 anos dos turnos matutino e vespertino, nestas visitas realizamos apresentação de espetáculo em espaço próximo a horta, plantio de árvore, visita à horta e pontos de referência da comunidade, como a nascente e o mirante. O Espaço da Horta também tem servido durante os mutirões para debates e reflexões sobre os problemas da comunidade. A segunda atuação que é o Circo na Floresta já tem modificado o ambiente contribuindo para a construção de outras memórias afetivas e a transformação deste ambiente em lugar da paz, espaço de brincadeira e troca de saberes. Esta atividade do Circo na Floresta é hoje desenvolvida em parceria com o meu grupo de Teatro “Árvore Casa das Artes” e o “Grupo Circo Infinito”, que a cerca de cinco meses mudou para o Morro da

Piedade, perto da Horta e em frente do local onde usamos para atividades artísticas. Com a chegada dos integrantes do Circo Infinito no Morro da Piedade, gerou-se muita expectativa por parte das crianças e dos pais que vez ou outra os procuram a fim de aprender a cantar, tocar uma música, aprender malabares. As crianças têm frequentado mais o lado da comunidade próximo à Sede do Circo Infinito e a Horta. Houve relatos por parte dos integrantes do Circo Infinito que foram abordados na rua por pais agradecidos com passeio do CMEI Carlita ao Morro da Piedade, onde as crianças chegaram em casa relatando que no Morro da Piedade é um lugar muito bom e que tem muitos palhaços e alegria. Por meio de análise de relatos dos moradores e conversas informais acreditamos que as ações da Horta e do Circo na Floresta servirão como ferramentas educativas como campo para a pesquisa sobre as práticas coletivas. Também como resultado preliminar de nossas ações constatei a construção de mais duas hortas, e mutirão de limpeza em outros espaços da comunidade que foi mobilizado a partir dos próprios moradores. A partir da revisão bibliográfica tenho buscado pesquisas que se aproximam de meu objeto a fim de estabelecer um diálogo com as práticas coletivas do Teatro e as práticas coletivas de educação nas comunidades. Estudos relacionados ao Movimento Sem Terra no Brasil e comunidades tribais indígenas também tem servido de apoio para a construção de metodologias de práticas de aprendizagens coletivas neste processo de mobilização na comunidade e para a minha pesquisa. O aprofundamento sobre a obra de Paulo Freire que ainda está em curso tem sido utilizado como referencial teórico de uma pesquisa participante que busca a emancipação social.

Considerações Finais

O objeto de minha pesquisa acadêmica no Programa de Pós-Graduação do Ensino de Humanidades do IFES, permeia duas áreas da educação: As práticas de criação coletiva de grupos de teatro e as ações educativas na comunidade do Morro da Piedade, considerado hoje em vulnerabilidade social. Neste sentido a partir de minha experiência como artista cênica com mais de 15 anos de teatro e 12 anos de teatro de criação coletiva pretendo a partir das práticas coletivas realizadas com a Comunidade da Piedade realizar juntamente com a comunidade práticas transformadoras que busquem a emancipação social.

Referências

- BOAL, Augusto. **A Estética do Oprimido**. Editora Garamond: Rio de Janeiro, 2009.
- CICCARONE, Celeste. "A igualdade "por baixo" e a escadaria "do céu": Erradicação da pobreza, ambientalismo e pluralidade num caso de conflito socioambiental na cidade de Vitória". In: **SINAIS** -Revista Eletrônica. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.08, v.1, dezembro. 2010. pp. 04-53
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 46º edição, Rio de Janeiro, Paz e terra, 2005.
- GARCÍA, Santiago. **Teoria Y Practica Del Teatro**. 3º edição, Santa Fé de Bogotá, ediciones Teatro La Candelaria, 1994.
- GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo: MartinsFontes, 1983.
- MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K; Engels, F. **A Ideologia Alemã**. 7 ed. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MÉZAROS, István. **Teoria da alienação em Marx**. [1970]. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MIGUEL, Luis Felipe. **Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MOACIR, Gadotti. **O Trabalho Coletivo como Princípio Pedagógico**. Revista Lusófona de Educação, 24, 155-164, 2013.
- MOTTA, Luiz. "Os índios do sul da Bahia: população, economia e sociedade (1740-1854)". In: **Cultura: O Índio na Bahia**. nº 1. Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1988.
- PEREIRA, Elvina Maria Caetano. **Tecidos de vozes: Texturas polifônicas na cena contemporânea mineira**. 2011. Tese_ Departamento de Artes Cênicas da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da educação**. 6ª ed. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.
- SANTOS, SGARBI, SANTIAGO. **Pesquisa intervenção e o desenvolvimento de tecnologias sociais: comunidade, escola e emancipação social**. Investigação Qualitativa em Educação//Investigación Cualitativa en Educación//Volume 1. Atas CIAIQ2019.
- SAVIANI, Demerval. **História das Ideias pedagógicas**. 3ed. Revista. Campinas: Autores Associados, 2010 (Coleção memória da educação).
- VIEGAS, Susana de Matos. **Espaços missionários transformados: a apropriação da terra pelos índios numa aldeia jesuítica da costa atlântica (século XVIII-XIX)**. revista de antropologia, são Paulo, USP, 2015, v. 58 nº 1

AUTOLESÃO: RELATO PARA INICIAR A CONVERSA

Mariana Luz PATEZ¹

Resumo

Esta pesquisa, ainda em fase embionária, busca compreender a prática do comportamento de autolesão entre estudantes do ensino médio da rede pública e colaborar no debate sobre esta temática junto a comunidade escolar, bem como colaborar com ações preventivas de autolesão no ambiente escolar. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e qualitativa a ser realizada a partir de uma abordagem mista de produção de dados desenvolvida no município de Vitória – ES a partir da interface entre os profissionais da gestão dos serviços públicos de educação, saúde e serviço social voltados aos jovens estudantes compreendidos num determinado território. As pesquisas sobre esta temática no Brasil ainda são incipientes e apresentam poucas informações quantitativas. Para a compreensão do tema o referencial teórico foi construído a partir da discussão do corpo, do sofrimento social, efeito de contágio e juventudes.

Palavras-chave: Autolesão; Corpo; Efeito de Contágio; Escola; Sofrimento Social.

Introdução

Desde o fenômeno da Baleia Azul, ao final de 2016, os casos de autolesão tornaram-se mais evidentes e despertou tanto na comunidade escolar, quanto na família e outras instituições a necessidade de compreender o tema. Em virtude desse contexto e minha proximidade com o alunado surgiu o interesse pela investigação da temática do comportamento de autolesão entre estudantes que está diretamente relacionado a minha atividade profissional como docente atuante no ensino médio e técnica educacional da Secretaria Estadual de Educação entre os anos de 2016 e meados de 2019.

A discussão deste trabalho objetiva, então, o estudo desse comportamento voltado a prevenção, além da possibilidade de gerar produtos acessíveis a comunidade escolar direcionado ao acolhimento destes estudantes. Para tanto, assumo como sujeitos da pesquisa, os profissionais da gestão escolar (diretor, coordenador pedagógico, pedagogo, coordenador de turno) e outros gestores que compõem a rede de atenção e cuidados (conselho tutelar, CAPS, CRAS, CREAS,

¹ Mestranda do curso de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades - PPGEH – IFES;
E-mail: maripatez@gmail.com

Unidades de Saúde) a partir de um território do município de Vitória, compreendido como um lugar singular, dinâmico, onde pessoas vivem, interagem e constroem sua identidade e não apenas como delimitador geográfico. A escolha deste público justifica-se pela necessidade de promover a integração entre as instituições que acolhem as demandas surgidas a partir do comportamento autolesivo, bem como auxiliar na construção do entendimento e de um fluxo de atendimento para os estudantes.

1 Ponto de partida

Seria possível que a atual conjuntura experimentada pelos estudantes proporcionada pelas políticas públicas de educação tem contribuído para o adoecimento dos estudantes tal maneira que seja necessário ferir-se para comunicar a ineficiência deste sistema?

O discurso reproduzido por muitas instituições nos últimos anos tem apontado uma tendência de formação dos estudantes voltada a suprir as demandas do século XXI a partir do desenvolvimento de competências e habilidades. Este discurso inculca no estudante a ideia de que ele só alcançará o sucesso na vida se for acolhido pelo mercado de trabalho, mediante desenvolvimento de tais competências e, consequentemente, a conquista de um emprego bem remunerado. Entretanto, a condição precária de ensino a qual os estudantes estão submetidos na rede pública de ensino não fornece os subsídios necessários para esse desenvolvimento, ou seja, se sucesso é ter instrução formal, emprego bem remunerado, bens e consumo de serviços, logo, grande parte dos estudantes da rede pública, podem concluir que dificilmente serão bem-sucedidos. O estudante pode visualizar o fracasso eminente, já que não seria difícil concluir que a escola que mal oferece os serviços básicos – frequência de professores, estrutura fica adequada, equipamentos, etc - não os prepara para esta competição. Essa hipótese, portanto, não se aplicaria aos estudantes da rede de ensino privada, certo? Em partes. Isso porque apesar de as cobranças para o sucesso serem as mesmas, vem atravessada de muitas cobranças e pressão de retorno do investimento depositado naquele indivíduo ao longo dos anos escolares. As expectativas, então, criadas em torno da necessidade da obtenção do sucesso e eminência de fracasso produzem conflito interno numa fase da vida, própria

do adolecer, que gera ansiedade e sofrimento. Até aqui o que podemos inferir sobre essas percepções é de que a causa para o comportamento de autolesão é multicausal e que a falta de preparo para lidar com essas emoções e sentimentos encontram lugar através da linguagem não verbal escritas no tecido do próprio corpo.

As pesquisas sobre esta temática no Brasil ainda são incipientes e apresentam poucas informações no que se refere a coleta, sistematização e análise de dados. Demonstram não haver consenso sobre a conceituação dos termos e frequentemente são utilizados como sinônimos automutilação, autolesão, violência autoprovocada e cutting. Optei pela utilização dos termos comportamento autolesivo e autolesão para caracterizar a prática de dano deliberado e auto-infligido do tecido corporal sem intenção suicida e para fins não sancionados social ou culturalmente (ISSS, 2019).

Embora o termo automutilação tenha se popularizado, em grande medida pela adoção do termo pelo Ministério da Saúde a partir da publicação da Lei Nº 13.819, de 26 de abril de 2019 que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, optei por não utilizá-lo em função da sugestão trazida pelo próprio termo de que mutilar corresponde a extirpar, arrancar, tirar fora – o que não é o caso deste estudo. O recorte desta pesquisa faz referência aos cortes, arranhões, queimaduras e feridas provocadas por um indivíduo contra o próprio tecido corporal. Outro termo também encontrado em documentos governamentais é o de violência autoprovocada, que refere-se ao indicador utilizado pelo banco de dados DataSUS para registro das notificações desta modalidade de violência, entretanto, sua abrangência está para além da autolesão e refere-se também as práticas relacionadas ao suicídio.

As discussões sobre o comportamento de autolesão, recentes no Brasil, apresentam duas linhas de investigação em destaque. Uma traz evidências de que indivíduos que se autolesionam apresentam risco aumentado para tentar suicídio posteriormente (Franklin, Nock, 2017). A outra, aponta uma ideia contrária, pois, indica a autolesão como uma forma de sobreviver, ou seja, traz a ideia de materialização do sofrimento psíquico para o físico apresentando-se como uma forma de externar a dor e comunicar um sofrimento que não pode ser verbalizado e, assim, continuar vivo. Algumas pesquisas mostram ainda que o comportamento autolesivo é mais comum em meninas (Bakken, Gunter, 2012), e mais frequente na adolescência, entretanto, a

maioria dos casos não chega a receber atendimento médico (Kidger et al., 2012). Seria este um indício de que este fenômeno pode ser compreendido a partir da conjuntura sócio histórica dos indivíduos?

Se tratarmos subjetivamente este comportamento, a interpretação das motivações que levam a prática da autolesão recairia apenas sobre o indivíduo justificando a conduta a partir de questões individuais e, portanto, necessárias serem tratadas isoladamente. Consequentemente, as instituições seriam desresponsabilizadas do trabalho em rede para acolher e prevenir os casos de autolesão. A partir disso, uma interpretação possível parte do conceito de sofrimento social abordado por Bourdieu (1988, 1989) que lança luz ao sofrimento coletivo dado a partir da estrutura social e econômica de uma determinada sociedade.

Outros autores também colaboram para o entendimento desta discussão. Julgamos ser importante para a compreensão da autolesão entre jovens estudantes os conceitos de juventudes, corpo, sofrimento social e efeito de contágio. O conceito de juventudes é abordado a partir da ideia da pluralidade e da fragilidade de uma construção da identidade juvenil com contradições próprias do adolescer presentes discussão realizada por Gaudêncio Frigotto (2009). E é nesta fase que se constituem grande parte das ocorrências de autolesão.

O corpo, compreendido a partir das interpretações de Michael Foucault (1987) levantam debates acerca do lugar político e locus de poder que ele pode se tornar e, desta forma, os jovens em busca de constituir-se como sujeitos e ainda sem a aquisição de competências pessoais e sociais para lidar com as emoções, vivências e traumas são pressionados pela família, escola e colegas a tornar-se úteis para a sociedade e assim eles “o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais” (FOUCAULT, 1987, 28). A autolesão aparece, então, como via de fuga e o corpo torna-se o lugar onde as marcas do sofrimento social provocado por essas pressões serão eternizadas. Este sofrimento social, de que fala Pierre Bourdieu (1988, 1989) refere-se ao sofrimento coletivo imposto pela precariedade de condições de vida provocadas pela estrutura social e econômica de uma determinada sociedade que implica na perda dos vínculos sociais, familiares e afetivos manifestados pelo sofrimento do corpo.

Todavia, este espaço potencializador de boas ações que é a escola pode se tornar um lugar propício a imitação de práticas como a autolesão através do efeito de contágio. O efeito de Werther, também conhecido como Efeito de contágio, é aplicado à prática imitativa do suicídio e foi cunhado pelo sociólogo David Phillips (1985). Nesta pesquisa, pretende-se verificar, a partir da ótica dos gestores escolares e outros equipamentos de atendimentos públicos, se este mesmo conceito pode ser aplicado a prática da autolesão.

2 O caminho se faz caminhando

Ainda na escola, enquanto docente, tive o primeiro contato com a autolesão. Naquela ocasião, a única referência de cuidado de que dispunhamos era o Conselho Tutelar. Ao acioná-lo, ouvimos o relato da conselheira do grande número de casos no município e da ausência de ação específica para encaminhamentos nas situações de autolesão. O acolhimento e cuidado dos estudandos com comportamentos de autolesão seguiu intuitivamente de acordo com os recursos disponíveis.

A partir da minha mudança de função, de professora para técnica educacional, tive contato com demanda de outras unidades escolares e partir de então inicia uma proposta de construção de formação para a comunidade escolar quanto ao manejo de estudantes.

Desde então, tenho buscado informações acerca dessa temática. Todavia, os serviços institucionais não possuem estruturadas e acessíveis informações sobre a condução de casos de autolesão a partir de sua identificação na unidade escolar.

A proposta desta investigação constitui-se em função desta lacuna e parte do caráter exploratório (RICHARDSON et. al. 2010) e qualitativa, a ser realizada a partir de uma abordagem mista de produção de dados - observação participante, análise documentos institucionais, questionários e entrevistas. Os dados empíricos serão produzidos a partir de procedimentos metodológicos cujo recorte tomará como universo os profissionais da gestão escolar e rede de atenção e cuidado de um determinado território do município de Vitória.

Para o produto educacional pretende-se a organização de um material textual em versão digital no formato de e-book, com vistas a reunir informações e

possibilidades de trabalhos para a comunidade escolar no que diz respeito a temática do comportamento de autolesão praticado por estudantes.

Considerações Finais

A partir do referencial teórico elencado, verifica-se a pertinência da discussão sobre autolesão analisado à luz da sociologia. Grande parte dos estudos desenvolvidos sobre esta temática no Brasil foram desenvolvidos pela área da saúde e está posto um lugar de disputa sobre a interpretação e tratamento deste fenômeno incorrendo no entendimento da conduta de autolesão como doença, necessidade de atendimento clínico e medicalizado. Os poucos estudos apontam ainda para a necessidade da produção de dados qualitativos e quantitativos, esclarecimento conceitual da autolesão tida como polissêmica e desenvolvimento de ações preventivas. Deste modo, o estudo do tema, caracterizado a partir do sofrimento social, demonstra que o desenvolvimento desta prática está associado a um sofrimento coletivo com grande potencial promoção do efeito de contágio.

Referências

- BAKKEN, N.W., GUNTER, W.D. (2012). **Self-cutting and suicide ideation among adolescents**: gender differences in the causes and correlates of self-injury. *Deviant Behavior*, 33, 339-356.
- BOUDIEU, Pierre. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: J Zahar, 1988.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRASIL. Lei Nº 13.819, de 26 de abril de 2019 que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio. *Diário Oficial Da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 29 abr. 2019. Seção 1, p. 01.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução Lúcia M. Ponde Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1987.
- FRANKLIN, J.C., NOCK, M.K. (2017) Nonsuicidal self-injury and its relation to suicidal behavior. IN: **Kleespies**, P.M. *The Oxford Handbook of Behavioral Emergencies and Crises*. New York: Oxford University Press.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Ensino Médio no Brasil: “juventudes” com futuro interditado. In: MEC (Org). **Juventude e escolarização**: os sentidos do ensino médio. Ano XIX, boletim 18, novembro de 2009.
- ISSS. International Society for the Study of Self Injury, c2019. Página Inicial. Disponível em: <<https://itriples.org/about-iss/>> Acesso em 09 de junho de 2019.
- KIDGER, J., HERON, J., LEWIS, G., EVANS, J., GUNNELL, D. (2012). **Adolescent self-harm and suicidal thoughts in the ALSPAC cohort**: A self-report survey in England. *BMC Psychiatry*, 12(69).
- PHILLIPS, David. **The Werther effect**. Suicide and, other forms of violence, are

contagious. The Sciences, Nº 7/8, p. 32-39, 1985.

RICHARDSON, R. J. Et. all. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2010.

BORBOLETEAR: UM PASSEIO PELAS SUBJETIVIDADES

Lilian Hoffmann FRIEDRICH¹

Leonardo Bis dos SANTOS²

Resumo

A pesquisa com o título, Da latência à visibilidade: práticas educativas de prevenção ao suicídio insere-se na linha de pesquisa práticas educativas do mestrado profissional no Ensino em Humanidades do IFES se insere na linha de “Práticas educativas” do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades do Instituto Federal do Espírito Santo, no curso de Mestrado Profissional, problematiza sobre a latência da invisibilidade do suicídio em Santa Maria de Jetibá por meio de práticas educativas dialógicas com os alunos cursando o Ensino Médio, devidamente matriculados na EEEFM Graça Aranha, localizado no município de Santa Maria de Jetibá – ES. O produto educacional foi o livro Borboletear – um passeio pelas subjetividades – práticas educativas de prevenção ao suicídio, que trata da metodologia de ensino e que pode servir de inspiração ao docente no campo das práticas educativas de prevenção ao suicídio. Trata-se de uma pesquisa participante de cunho qualitativo, sistematizada através do método de análise de conteúdo. Com isso, pretende-se dar visibilidade ao problema do suicídio e fomentar práticas educativas de prevenção na Escola para fins profiláticos. A pesquisa discutirá o ensino a partir da Pedagogia Freireana.

Palavras-chave: Práticas Educativas. Prevenção ao Suicídio. Pesquisa.

1 Introdução

No campo da educação nota-se uma ausência ou quase inexistência de práticas educativas universais de prevenção ao suicídio. Acreditamos que essa forma de lidar com a prevenção tem suas raízes na forma de entender esse fenômeno no

¹ Mestranda em Ensino de Humanidades - IFES. Especialista em saúde mental. Especialista em saúde pública com ênfase em saúde da família. Especialista em dependência química. Membro estudante do grupo de pesquisa CNPq Estudos, pesquisa e extensão em sociedade e emancipação – GEPESE/IFES; membro estudante do grupo de pesquisa CNPq educação, cultura & natureza e movimentos descoloniais - IFES. Endereço eletrônico: lilianhfpsicologia@yahoo.com.br

² Prof. Drº e Orientador/ Coordenador do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Ensino de Humanidades Instituto Federal do Espírito Santo. Graduado em Ciências Sociais. Especialização em Educação Ambiental e MBA em Gerenciamento de Projetos. Mestrado em Políticas Sociais e Doutorado em História. Prof. Coord. do grupo de pesquisa CNPq Estudos, pesquisa e extensão em sociedade e emancipação – GEPESE/IFES. Endereço eletrônico: leonardo.bis@ifes.edu.br

campo cultural, pois está correlacionado ao estigma³ e preconceito⁴.

Propõe-se, portanto, refletir a problemática a partir dos modos de vida hegemônicos⁵ ditados pela sociedade capitalista, que continuam a deixar suas marcas nos processos de adoecimento e invisibilidades, principalmente em comunidade tradicional⁶ pomerana, como é Santa Maria de Jetibá.

As raízes remotas desse povo tradicional remontam a antiga Pomerânia que era uma província que pertencia a Prússia, tendo surgido em 1817. Localizava-se nas costas do mar báltico, entre as atuais Alemanha e Polônia e os países escandinavos. (TRESSMANN, 1998).

A chegada do povo pomerano ao Espírito Santo segundo Seibel (2016) é controversa, pois os registros históricos nem sempre foram condizentes com a realidade. Sabe-se que eles vivem basicamente em quatro estados brasileiros, dentre eles o Espírito Santo, o total populacional também não é preciso.

Levantamos problemáticas e pontos-chave que acreditamos que contribuíram para a invisibilidade do suicídio nessa colônia pomerana e para a ausência de práticas educativas universais, dentre elas: 1. Ausência de uma Vigilância Nacional da RAPS; 2. Ausência de um Sub-Sistema de Informação Nacional Unificado da RAPS e ferramentas de produção de dados necessitando de revisão (SIM, SINAN, e-SUS, SIH/SUS) e inclusão no sistema de uma ferramenta de registro de prevenção primária identificando a ideação suicida; 3. Desfragmentação e fragilidades da RAPS pomerana; 4. Dados inconsistentes e subnotificação de casos; 5. Modos de vida

³ O estigma é uma realidade sofrida [...], consequência natural não só das práticas leigas da normalidade espalhadas pela sociedade, como de sua confirmação científica, dos saberes e das práticas profissionais especializadas [...] (LOBO, 1992, p. 113)

⁴ O preconceito é um julgamento de valor e possui um aspecto axiológico (LOBO, 1992).

⁵ Os parâmetros para refletir a tensão/conflito presentificam elementos macro e micro sociais da sociologia bourdieusiana, dimensões estas que produzem significados e significantes que conferem inteligibilidade ao humano (SANTOS, 2009), pois, "[...] pressões materiais e urgências influenciam diretamente a ordem de prioridade dos agentes, alterando de forma significativa a ordem de escolhas pessoais [...]" (SANTOS, 2009, p. 135) e tais necessidades prioritárias interferem diretamente em escolhas e modos de vida hegemônicos reproduzidos com base em modos de vida materiais e simbólicos, ditados pelo capitalismo.

⁶ Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; (SHIRAIISHI NETO, 2007).

adoecedores sustentados sob a ótica do estigma e do preconceito.

A partir disto, o seguinte problema de pesquisa foi levantado: de que forma a problemática do objeto de estudo em si contribui, ou não, para a invisibilidade do suicídio e para a ausência de práticas educativas universais sistematizadas de prevenção na região?

Parte-se, então, das hipóteses de que há o suicídio mascarado e invisibilizado na região de Santa Maria de Jetibá, devido à problemática levantada, bem como que não há práticas educativas universais de prevenção do suicídio na escola. E que as práticas educativas dialógicas com os alunos, ajudará a produzir um material educativo de apoio à docência ampliando possibilidades de abordar o tema e inspirar mecanismos de prevenção.

A principal justificativa ético-política⁷ para o desenvolvimento desta pesquisa são as perdas irreparáveis por suicídio consumado e quase perdas pelas tentativas, além de todos os atravessamentos que os sofrimentos e “mortes morridas em vida cotidianamente” causam às pessoas.

O objetivo geral da pesquisa foi compreender sobre a latência da invisibilidade do suicídio em Santa Maria de Jetibá por meio de práticas educativas dialógicas, com os alunos do ensino médio do turno matutino da EEEFM Graça Aranha, por livre demanda, a fim de produzir um produto educacional de prevenção acessível aos docentes e que esses espaços de práticas educativas aconteçam e sejam potentes e possam servir de estímulo para reproduzi-las no contexto escolar de modo que haja possibilidade de intervenções mais assertivas no campo da prevenção.

Os objetivos específicos: produção de dados com os alunos do ensino médio da EEEFM Graça Aranha sobre a presença e a invisibilidade do suicídio em Santa

⁷ Em síntese, o sofrimento ético-político abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. Qualifica-se pela maneira como sou tratada e trato o outro na intersubjetividade, face a face ou anônima, cuja dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social. Portanto, o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto (SAWAIA, 1995 apud SAWAIA 2002, p. 104).

Maria de Jetibá; realização de um encontro de avaliação diagnóstica e seis encontros pedagógicos com os alunos do ensino médio, com o objetivo de criar uma metodologia de ensino que promovesse a prevenção, bem como um último encontro de avaliação e validação do material educativo por meio de questionário escrito; trabalhamos com uma metodologia de ensino dialógica para a elaboração do livro *Borboletear*, com alunos do ensino médio, com o objetivo de potencializar a prática docente de prevenção do suicídio na escola.

Em relação ao referencial teórico dialogamos com onze pesquisas, dentre elas, dissertações, teses e artigos científicos. Descobrimos que existem poucas produções que envolvem a pesquisa no campo das práticas educativas de prevenção do suicídio. Não foram identificadas produções específicas sobre práticas educativas de prevenção do suicídio na cultura pomerana.

Utilizamos o método da pedagogia libertadora de Paulo Freire como subsídio para trabalhar com a metodologia de ensino e a análise de conteúdo como procedimento analítico da metodologia de pesquisa. A pesquisa foi aprovada com CAAE 10289219.1.0000.5072, os procedimentos adotados foram eticamente monitorados. O produto educacional foi o livro com o título: *Borboletear – Um passeio pelas subjetividades. Práticas educativas de prevenção ao suicídio*.

2 Resultados e discussão

Os achados indicaram que o problema do suicídio é invisibilizado do ponto de vista das políticas públicas de saúde e são dados desconhecidos dos pesquisados e que essa invisibilidade também afeta a existência de práticas educativas de prevenção na escola.

Quanto à construção de um recurso didático para as práticas educativas de prevenção na escola, os pesquisados deram a mesma importância à necessidade de um profissional psicólogo na escola e da sistematização dessas práticas preventivas nesse espaço, e que o trabalho família, escola e profissionais da prevenção é de extrema urgência.

Quanto a análise sobre as práticas educativas de prevenção que utilizamos na metodologia de ensino, pudemos observar que todo o contexto da pesquisa, desde

a problematização do objeto de estudo até as análises finais caminhava cada vez mais para evidenciar que se tratava de uma questão macro cultural e social que se evidenciou nas representações que os alunos fizeram das situações analisadas e alguns questionamentos vieram à tona à partir daí: os dados já indicavam na fase de pré-campo que poderia se tratar de uma sociedade que não queria falar sobre o suicídio. [...] No fundo, as resistências – a orgânica e/ou a cultural – são manhas necessárias à sobrevivência física e cultural dos oprimidos [...] (FREIRE, 1996, p. 78).

Quando ocorreu a situação do quarto encontro pedagógico estávamos diante de mais uma situação-limite: era a representação social de um grupo de jovens que não queria falar do suicídio e que falar criticamente desse fenômeno era ainda mais insuportável. “Mas é a partir deste saber fundamental: mudar é difícil, mas é possível” (FREIRE, 1996, p. 79) que programamos toda a nossa ação político-pedagógica.

Considerações Finais

A premissa da prevenção universal é impedir o início de um determinado problema: ou seja, a prevenção começa pelos modos de viver e pela identificação e intervenção precoce da ideação suicida e para tal partimos para algumas tarefas a serem executadas posteriormente para análise de outros pesquisadores, mas também para tarefa social. Nota-se a urgência de intervenções psicossociais mais assertivas e sistematizadas nas estratégias saúde da família, acompanhando populações vulneráveis e modos de vida degradantes, dentre eles o alcoolismo e o bullying nas escolas.

Mapeamento dos casos de tentativas e de suicídio consumado no território por meio das estratégias saúde da família, identificando quem são os grupos de risco e onde eles estão? Criação de uma plataforma de cursos ead relacionados ao tema da prevenção ao suicídio, como por exemplo, o curso de manejo da crise suicida, de fácil acesso à população e aos profissionais.

Criação de um sistema de informação integrado da RAPS que ajude o Ministério da Saúde a evoluir como política pública que dá ênfase à prevenção.

Trabalhar em campanha e identificação de quais os padrões comportamentais

adotados como meio para a intenção suicida, restringindo esses meios, que no caso de Santa Maria de Jetibá, são especificamente relevantes, o envenenamento por agrotóxicos e por medicamentos psicotrópicos e para tal firmar convênio e pareceria com Secretarias municipais e estadual, como a agricultura, saúde, educação e assistência social e com atores locais.

Durante o percurso da pesquisa pudemos elencar correlações entre alguns fatores para posteriores análises e pesquisas. Resumidamente, observamos que no ano de 2017, houve tanto um aumento do uso de psicotrópicos, quanto do número de suicídios na região e da informação de que foi um ano que a secretaria de educação se lembrou de ter participado ou observado práticas educativas de prevenção. Seria uma prevenção secundária? Notamos que houve uma especificidade quanto ao período de quaresma e os casos de suicídio. Também nos foi revelado que alguns acidentes de trânsito fatais, configurados como acidentes, se tratavam de suicídios consumados. Também a questão da sociabilidade e crise cultural, civilizatória e de identidade que perpassou nosso campo de pesquisa, sugeriu indícios de correlação com o suicídio nessa comunidade.

Apesar de serem lacunas e limitações que não conseguimos averiguar, tratam-se de descobertas passíveis de pesquisas posteriores. Um convite à curiosidade epistemológica. Eis as tarefas.

Confirmamos a hipótese de há pressões sociais, ditados por modos de vida hegemônicos, que influenciam na forma de lidar com a vida e a morte, dentro da cultura pomerana, corroborando com achados de pesquisadoras que tiveram seu campo analítico voltado para o contexto que pesquisamos, observando indícios dessas pressões em suas pesquisas, porém, não foram foco de aprofundamento.

Referências

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- LOBO, L. F. **Deficiência**: Prevenção, diagnóstico e estigma. In: RODRIGUES, H. B. C.; LEITÃO, M. B. S.; BARROS, R. D. B. (orgs.). Grupos e instituições em análise. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, pp. 113-126.
- SANTOS, Leonardo Bis dos. **Trilhas da política ambiental**: conflitos, agendas e criação de unidades de conservação. Ambiente & Sociedade. Campinas v. XII,

n. 1, p. 133-150. jan.-jun. 2009.

SAWAIA, B. (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2002.

SEIBEL, IVAN. Os pomeranos brasileiros. In: SEIBEL, IVAN (organizador). **O povo pomerano no Brasil**. 1 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2016. p. 33 a 37.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil**: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Joaquim Shiraishi Neto, org. Manaus: uea, 2007.

TRESSMANN, Ismael. **Bilinguismo no Brasil**: o caso da comunidade pomerana de Laranja da Terra – ES. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDOS DA LINGUAGEM, 9, 1998, Rio de Janeiro. **Anais...**Rio de Janeiro: ASSEL, 1998.

CINECLUBE TIO ANÍSIO: O CINEMA COMO CONVITE A REFLEXÃO

Fernanda Ribeiro Pinto RODRIGUEZ ¹

Paula Siqueira dos SANTOS ²

Resumo

No presente texto é apresentado o Cineclube Tio Anísio e sua proposta de atuação. Atualmente, este cineclube é um programa de extensão do Ifes-Campus Vitória. Ele surgiu como uma ação de ensino em 2016 e, em 2017, passou a ser um projeto de extensão. Este cineclube tem como objetivo principal proporcionar um espaço para fomentar a reflexão sobre produção audiovisual no Campus Vitória. Ao longo dos três anos, desde a primeira exibição-piloto, foram realizadas mais de 40 sessões, quer a partir de escolhas da própria equipe que compõe o cineclube ou a partir de diálogos com eventos e atividades demandadas ou voltadas tanto para a comunidade interna quanto a externa, sendo ofertadas sessões destinadas a atividades acadêmicas (em todos os níveis e modalidades de ensino dos cursos do Ifes - Campus Vitória), bem como, a grupos específicos como: movimentos sociais, escolas, associações de bairro, entre outros. Expõe-se ainda o papel que o Cineclube Tio Anísio tem como espaço para a exibição da produção cinematográfica nacional e local, constituindo-se, desta forma, um ambiente propício a aproximação entre diretores, elenco, debatedores da temática abordada e o público. Ressalta-se que a ação do Cineclube Tio Anísio, a partir da própria cultura cineclubista, por sua vez, proporciona condições para a ampliação da inserção da própria instituição no fomento a difusão do cinema e da cultura audiovisual e, ainda, da percepção e ressignificação da realidade, a partir dos encontros e bate-papos realizados, possibilitando outras formas de constituição de conhecimentos.

Palavras-chave: Cineclube. Cinema. Extensão.

Introdução

Pensar o cinema, sua produção e seu consumo, remete a perceber a relação intrínseca entre desenvolvimento e cultura, que possibilitam tanto o desenvolvimento econômico quanto o tecnológico. Criando e estabelecendo formas de se comunicar, modos de constituição de mercados e de consumo de bens simbólicos. Entretanto, há em movimento diferente deste, a prática cineclubista. Sobre tal, Sales (2015, p. 1)

¹ Técnica em Assuntos Educacionais – Ifes- Campus Vitória, Mestra em Educação. Coordenadora do Programa de Extensão Cineclube Tio Anísio, 2019-2020.

² Estudante de Graduação em Engenharia Sanitária Ambiental – Ifes- Campus Vitória, Bolsista PAEX 2019.

aponta que

Os cineclubes são entidades surgidas no começo do século XX, em meio ao processo de legitimação cultural do cinema tendo como base a organização do público em torno da arte cinematográfica, que se em seu início foi um movimento restrito, a partir de 1950 irá se multiplicar e se organizar em instituições representativas de seus interesses. Tendo como principais atividades a divulgação, pesquisa e debate do cinema contribuíram também para a constituição do espectador crítico frente à imagem fílmica e seus desdobramentos sociais e políticos. Espaço público por excelência, marcado pela discussão político cultural, os cineclubes em sua trajetória assumirão variados perfis e diferentes práticas conforme os espaços em que se estabelecem.

Desta forma, apresentar as ações desenvolvidas pelo Cineclube Tio Anísio se faz relevante, uma vez que pensar o cinema como prática que marca lugar no interior de uma instituição de ensino, possibilita perceber o potencial existente para fomentar locais de cultura, espaçostempos para reflexão e possibilidade de constituição de novos conhecimentos e restabelecimento de redes de saberes. Posto que, assim como Ferro (1992, p.86), entende-se que

O filme tem essa capacidade de desestruturar aquilo que diversas gerações de homens de Estado e pensadores conseguiram ordenar num belo equilíbrio. Ele destrói a imagem do duplo que cada instituição, cada indivíduo conseguiu construir diante da sociedade. A câmera revela seu funcionamento real, diz mais sobre cada um do que seria desejável de se mostrar. Ela desvenda o segredo, apresenta o avesso de uma sociedade, seus lapsos. Ela atinge suas estruturas. Isso é mais do que seria necessário para que após o tempo do desprezo, venha o da suspeita, o do temor.

Ressalta-se que o Cineclube Tio Anísio tem como objetivo principal proporcionar um espaço para fomentar a reflexão sobre produção audiovisual e tem como aspecto importante ser um espaço para a exibição da produção cinematográfica nacional e local, constituindo um ambiente propício a aproximação entre diretores, elenco, debatedores da temática abordada e o público. A ação do Cineclube Tio Anísio, a partir da própria cultura cineclubista, por sua vez, proporciona condições para a ampliação da inserção da própria instituição no fomento a difusão do cinema e da cultura audiovisual, bem como da percepção e ressignificação da realidade, a partir dos encontros e bate-papos realizados, possibilitando outras formas de constituição de conhecimentos.

1 Cineclube Tio Anísio: uma experiência em desenvolvimento

Surgido como “vontade de incorporar a linguagem do cinema às possibilidades de construção de visões de mundo de professores e alunos” (Kuster, 2018), o Cineclube Tio Anísio integra o programa em rede Mais Cultura Digital, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão do Instituto Federal do Espírito Santo. Cumpre salientar que

O Programa mais Cultura Digital no Espírito Santo nasceu de um edital publicado no próprio Ifes. Hoje tem o objetivo de apoiar programas que desenvolvem modelos de ações culturais nos institutos federais e fora dele, sob as perspectivas da fruição, formação e produção dos conteúdos digitais para o público da extensão (...). No que tange a fruição, tem-se a intenção de trabalhar o cineclube nos campi do Ifes e em todo o estado do Espírito Santo. (IFES, 2015)

Ele nasce a partir do treinamento proporcionado aos servidores do Ifes. Seu processo de criação data de setembro de 2016, sendo realizada a sessão experimental em outubro do mesmo ano, durante a II Semana de Arte e Cultura.

Cumpre explicitar que, neste processo de formação do cineclube, a escolha do nome foi realizada por votação entre os membros da comunidade escolar do Campus Vitória e, Tio Anísio foi o eleito. O nome é uma referência ao senhor que trabalha como pipoqueiro há mais de quarenta anos no pátio da escola.

Realizou-se ainda uma pesquisa visando mapear o público interno do Campus Vitória, quanto a temáticas de filmes e de oficinas, que lhes interessava, o que levou a proposição do projeto-piloto do cineclube, inicialmente como um projeto de ensino e, após 2017, a partir do diálogo com a comunidade externa ao Campus Vitória e o protagonismo discente, passou a ser configurado como um projeto de extensão. Isso se fez necessário porque o cineclube é, em essência, um projeto de extensão e também porque, como pode ser observado na descrição das sessões, o público foi se modificando gradualmente à medida que as sessões passaram a ser abertas a comunidade externa, fortalecendo a ideia inicial do Programa Mais Cultura Digital.

Após três anos, desde aquela primeira sessão experimental em que foi exibida a produção “**Cruzando o Deserto Verde**”, seguido de bate-papo com o diretor Ricardo Sá, da geógrafa Simone Ferreira (UFES), o Cineclube Tio Anísio “é um espaço no qual a comunidade interna e externa ao Instituto pode apreciar obras audiovisuais, debater e pensar os problemas cotidianos e sociais a partir do cinema” (KUSTER, 2018). Assim, em 2019, passou a ser um programa de extensão do

campus.

Foram realizadas mais de 40 sessões, com participação de aproximadamente de 2.300 pessoas, envolvendo além da comunidade interna do Campus Vitória, estudantes e servidores de escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da rede pública do município de Vitória, participação nos eventos: FabricaLab2017, 12ª Mostra Cinema e Direitos Humanos 2018. Dentre as exposições, foram também realizadas ações desenvolvidas em parcerias, tais como: o Projeto Boas-Vindas, destinado a receber os estudantes ingressantes; as ações promovidas por núcleos em atividade no campus, como Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Diversidade Sexual (NGS); e algumas ações promovidas como atividade de ensino (em todos os níveis e modalidades de ensino) que, pela via da arte, constituiu-se uma proposta para novos saberes, para outras possibilidades de perceber o mundo e para o diálogos, a exemplo da Mostra de Curtas Ambientais, realizada anualmente dentre as atividades da Semana do Meio Ambiente.

A partir do desenvolvimento de tais ações, o Cineclube Tio Anísio cumpre com a proposta de

oportunizar a aproximação entre o público e os produtores, diretores, roteiristas dos filmes exibidos e, neste primeiro momento, o foco foi nas produções capixabas. Em algumas sessões o bate-papo é conduzido pelos realizadores dos filmes, e em outras, por profissionais convidados que tenham conhecimento nos assuntos tratados naquela sessão. Essas experiências nos proporcionam a oportunidade de trabalhar, no ambiente escolar, suas múltiplas possibilidades, atuando de forma multidisciplinar e, partindo da apreciação artística, buscando ressignificar a realidade em que vivemos. (KUSTER, 2018)

Embora acredite-se que o cinema não precisa estar a serviço de outras áreas do saber, pois, como toda expressão artística a sua finalidade está na sua existência, na própria ação de realizar ou de assistir, ele pode ser usado como ferramenta para ler o mundo à nossa volta, posto que fortalece “[...] os instrumentos necessários para a compreensão do complexo de elementos culturais que está dentro dos indivíduos, para que assim se compreenda o complexo cultural que está fora deles, ou seja, na obra de arte, quer seja ela um filme, uma música, um romance ou uma fotografia. A posse dos objetos artísticos isoladamente não configura uma situação favorável ao fim das desigualdades constituídas pelo habitus, pela socialização” (BARRETO, 2010,

p. 2). Tal ideia é reforçada pela Lei 13.006/14³, que incentiva a integração do cinema aos componentes curriculares.

Para que esta ação se desenvolva contamos hoje com a participação de professores, técnicos administrativos e estudantes. Como desdobramentos, desenvolvem-se ainda projetos atendidos pelo Programa de Apoio a Extensão, do Ifes. No período de atuação, o Cineclube Tio Anísio foi contemplado em 2017-2018 e, em 2019-2020, o que possibilita alcance maior das ações, haja vista os novos contornos que podem ser dados ao se perceber o cinema como um mote para a ressignificação da realidade, culminando ainda em impactos sociais, de ampliação de espaço para sessões de cinema, exibição de produções local e nacional, difusão da cultura cinematográfica e, ambiente para reflexão coletiva sobre as produções audiovisuais e o papel do Campus Vitória como um espaço que fomenta a difusão cultural. Há que se salientar o papel da Agência Nacional de Cinema (Ancine) e o apoio oferecido aos cineclubes, uma vez que ao ceder 78 filmes nacionais, autorizando suas exibições de forma não onerosa, amplia as possibilidades de atuação do cineclube e do cumprimento de seus objetivos.

Considerações Finais

Apresentar o Cineclube Tio Anísio e as ações desenvolvidas ao longo dos três anos de seu surgimento ressaltam a relevância de seu papel como espaço para promoção e distribuição de cultura audiovisual, bem como, de possibilidade abrir e manter espaços para bate-papo e reflexão sobre os filmes e sobre vivências, aproximando equipe produtora dos filmes do público que acessa este material e o consome visando constituir bens que não estão dispostos em prateleiras.

Salienta-se que, refletir sobre os objetivos desta ação implica vê-la como contínua e só constituída no coletivo, na abertura para a concretização de suas metas a partir do contato com o público que participa das sessões e dos produtores de filmes, em especial, aquelas produções que encontram muitas dificuldades para chegar às

³ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13006.htm - Lei que alterou a tornando obrigatória exibição de filmes de produção nacional como componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola.

telas grandes dos centros comerciais.

Referências

BERTUANI, W., SANTOS, L. B. **Implementação do Projeto de Extensão do Cineclube Tio Anísio**. Jornada de Integração Ifes. Em: <https://jornadaintegracao.ifes.edu.br/resumos/2018/jex/23148.000980-2017-28.pdf> acesso em: 20/09/2019.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 09 jun. 2014.

FERRO, Marc. **Cinema e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KUSTER, E. M. P. **Cineclube Tio Anísio**. Reditec. Em: http://submissao.2018.reditec.org.br/ckeditor_assets/attachments/90/cineclube.pdf acesso em: 19 set. 2019.

PERCEPÇÃO DOS/AS SERVIDORES/AS DO IFES CAMPUS VITÓRIA EM RELAÇÃO AO ACESSO E PERMANÊNCIA DE ALUNOS/AS LGBT

Daria RODRIGUES¹

Ana Paula BRASIL²

Resumo

Justificamos este projeto nas seguintes legislações: Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014); Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012) com atenção especial às considerações do Art. 16. inciso XV – valorização e promoção dos direitos humanos mediante temas relativos a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros, bem como práticas que contribuam para a igualdade e para o enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e violência sob todas as formas; o Artigo 6º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012); o Artigo 3º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada; Decreto presidencial 8.727 de 28 de abril de 2016, além do Planejamento de Desenvolvimento Institucional do Ifes (PDI) 2014-2019. Utilizaremos a abordagem qualitativa, seguindo as orientações de Triviños (2010), Biklen e Bogdan (1999). Com o objetivo de diagnosticar quais posturas e ações dos/das docentes e dos/das técnicos/as administrativos vinculados/as à Diretoria de Ensino do Ifes Campus Vitória contribuem para o acesso e permanência ou para a evasão dos/as alunos/as LGBT, considerando as percepções de gênero, sexualidade e diversidade sexual desses/as servidores/as nas relações cotidianas dentro do campus.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Educação.

1 Introdução

No Campus Vitória se encontra, simultaneamente e em diferentes turnos, alunos/as que fazem ensino médio integrado ao ensino técnico; proeja (educação de jovens e adultos); graduação e pós-graduação Lato Sensu e/ou Strictu Sensu. Durante a atuação da Servidora Ana Paula Brasil no registro acadêmico do Campus Vitória a mesma relata ter conhecimento de uma aluna trans que abandonou os estudos, cujo

¹ Graduanda do curso de Letras - Ifes Campus Vitória.

² Mestre em Educação - Ifes Campus Vitória.

motivo era desconhecido. Surgiu então a necessidade de investigarmos quais as posturas e ações dos servidores/as do Ifes Campus Vitória, no tratamento dos/das alunos/as LGBT, contribuem tanto para o ingresso como para a permanência dos/das mesmos/as ou evasão.

Amparamos este projeto de pesquisa nos seguintes documentos oficiais: Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014); Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012) com atenção especial às considerações do Art. 16. inciso XV – valorização e promoção dos direitos humanos mediante temas relativos a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros, bem como práticas que contribuam para a igualdade e para o enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e violência sob todas as formas; o Artigo 6º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012); o Artigo 3º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada; Decreto presidencial 8.727 de 28 de abril de 2016, além do Planejamento de Desenvolvimento Institucional do Ifes (PDI) 2014-2019.

De modo explícito e direto, o Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal do Espírito Santo 2014/2 – 2019/1 (PDI) indica em seu texto o efetivo acolhimento da diversidade, determinando como tarefas institucionais a proposição, o estímulo e a garantia de “medidas administrativas e organizacionais, para que em todo o Instituto seja assegurado a discentes e servidores lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros o direito a terem sua diversidade respeitada.” Além disso, o PDI do Ifes define a missão institucional nos seguintes termos: “Promover educação profissional pública de excelência, integrando ensino, pesquisa e extensão, para a construção de uma sociedade democrática, justa e sustentável.” Portanto faz-se necessário investigar quais ações efetivamente os/as servidores/as estão promovendo sobre este tema.

2 Objetivos

2.1. Geral

Diagnosticar quais posturas e ações dos/das docentes e dos/das técnicos/as administrativos vinculados/as à Diretoria de Ensino do Ifes Campus Vitória contribuem para o acesso e permanência ou para a evasão dos/as alunos/as LGBT, considerando as percepções de gênero, sexualidade e diversidade sexual desses/as servidores/as nas relações cotidianas dentro do campus.

2.2. Específicos

Investigar quais posturas e ações dos/das docentes vinculados/as à Diretoria de Ensino do Ifes Campus Vitória contribui para o acesso e permanência ou para a evasão dos/as alunos/as LGBT.

Investigar quais posturas e ações dos/das técnicos/as administrativos vinculados/as à Diretoria de Ensino do Ifes Campus Vitória contribui para o acesso e permanência ou para a evasão dos/as alunos/as LGBT.

Compreender como as concepções sobre gênero e sexualidade afetam as posturas educacionais dos/das docentes e técnicos/as administrativos da Diretoria de Ensino do Ifes Campus Vitória.

3 Fundamentação teórica e revisão de literatura

Mecanismos excludentes encontravam-se presentes, algumas vezes sutis e, em outras, de forma tão violenta e grosseira, capazes de alterar a trajetória escolar dos/das estudantes impulsionando o abandono e evasão escolar. Ao mesmo tempo, acompanhamos o trabalho de colegas que, de forma academicamente fundamentada e legalmente amparada, não pouparam esforços para que se fizessem valer um valor capital de qualquer processo educacional: a construção de cidadãos e cidadãs conscientes de que o bem-estar social depende da efetiva igualdade de direitos e da livre manifestação da pluralidade de modos de ser no mundo.

Intrinsecamente heterogêneo, plural e diverso, o ambiente escolar se constitui em território no qual se tenciona uma dupla carga simbólica. Enquanto uma das dimensões se revela em documentos oficiais de toda ordem (Leis, Decretos, Resoluções, Portarias, Projetos Político Pedagógicos, Matrizes Curriculares e outros mecanismos documentais do aparato jurídico-administrativo), a outra paira fora da

letra, manifestando-se ininterruptamente no cotidiano institucional de forma ágrafa. Conhecida tecnicamente como “currículo oculto”, essa dimensão se mostra sub-reptícia, onipresente, reiterativa. Devido a ela desenrolam-se árduas disputas entre as tendências sociopolíticas, identitárias e culturais em disputa na circulação dos poderes que tecem o território educacional BRASIL (2017).

Construída por valores morais, normas de conduta e hábitos contextualizados social, econômica e politicamente, torna-se uma instituição mediadora, que estabelece vínculos entre as gerações e a cultura acumulada, à medida que a sociedade contemporânea alcança alto grau de complexidade (ARANHA, 2006; QUIRINO, 2014) apud BRASIL (2017). Estudos sobre percepções de gênero e sexualidade na escola destacam-se por representarem um assunto emergente, uma vez que, de modo geral, a instituição educacional ainda atua na produção de um modelo identitário hegemônico em matéria de gênero e sexualidade. Seguem, assim, o padrão que legitima a superioridade da experiência másculo heterossexual, branco europeu, heteronormativa e cristã.

Diante dessa realidade, é necessário refletir acerca dessas questões para que seja possível promover e criar um ambiente democrático, cujo pressuposto envolve a defesa da educação como direito e da escola como espaço público que proporciona qualidade de convívio aos que se diferem do padrão hegemonicamente estabelecido (RODRIGUES; BARRETO, 2013). Esse quadro, amplia-se a dimensão do conflito. Como afirma Guacira Lopes, atualmente “as chamadas ‘minorias’ sexuais estão muito mais visíveis e, conseqüentemente, torna-se mais explícita e acirrada a luta entre elas e os grupos conservadores” (LOURO, 2015b, p. 28). O reconhecimento do “outro”, daquele ou daquela que não partilha dos atributos que possuímos, é feito a partir do lugar social que ocupamos. Serão os “outros” sujeitos sociais que se tornarão “marcados”, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Dessa forma, a mulher é representada como “o segundo sexo”, e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual (LOURO, 2015a, p. 15).

Considerando as tarefas institucionais do Ifes citadas anteriormente é relevante identificar os mecanismos que contribuem para a permanência ou “expulsão” dos/das alunos/as LGBT no Campus Vitória.

4 Metodologia e estratégia de ação

Para desenvolver esta pesquisa, utilizaremos a abordagem qualitativa, seguindo as orientações de Triviños (2010), Biklen e Bogdan (1999), os quais afirmam que “nas pesquisas qualitativas ocorre a valorização do processo e, não necessariamente, do produto, buscando compreender a dinâmica das relações estabelecidas na situação em questão e não se preocupando com a quantificação” (BIKLEN; BOGDAN, 1999, p. 95).

Considerações Finais

A pesquisa foi aprovada pelo edital 01 da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação do Ifes (PRPPG/Ifes) e está cadastrada na Plataforma Brasil aguardando a avaliação do CEP (Comitê de Ética e Pesquisa) do Ifes.

Referências

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; **Filosofia da educação**. 3ª edição. São Paulo: Moderna, 2006.
- BIKLEN, S. K ; BOGDAN, C. R. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Tradução de Maria João Avarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1999.
- BRASIL. **Ministério da Educação**. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: língua estrangeira. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 1990.
- BRASIL. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 1996.
- BRASIL. **Ministério da Educação**. Conselho Nacional de Educação: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão. Brasília: MEC/SEB/DICEI, 2013, p. 480.
- BRASIL. **Ministério da Educação**. Conferência Nacional de Educação (CONAE) 2014. O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL, Ana Paula. **Gênero e sexualidade na escola: da educação legal à educação real**. 2017. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática do Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5974644 >.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). 2014. Disponível em: <http://ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/consultas/2015/PDI/plano_de_desenvolvimento_institucional_atualizada.pdf>. INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Código de ética e disciplina do corpo discente do ifes. Vitória: IFES, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56), p. 17-23, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>>.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma pesquisa pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015a.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015b.

QUIRINO, Glauberto da Silva. **Prática docente em sexualidade e educação sexual no espaço escolar**. Curitiba: Appiris, 2014, p. 159.

RODRIGUES, Alexsandro e BARRETO, Maria Aparecida Santos Corrêa; **Currículos, gêneros e sexualidades: experiências misturadas e compartilhadas**. Vitória, ES: Edufes, 2013, p. 291.

RODRIGUES, Alexsandro MONZELI, Gustavo Artur e FERREIRA, Sérgio Rodrigo da S; **A política no corpo: gêneros e sexualidades em disputa**. Vitória, ES: Edufes, 2016. p. 346.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. – 19. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010.

ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO AO ALUNO COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS

Fernanda dos Santos NOGUEIRA¹

Sirley Trugilho da SILVA²

Terezinha de Jesus Lyrio LOUREIRO³

Resumo

O presente texto relata a dinâmica do trabalho da educação especial na perspectiva da educação inclusiva no Instituto Federal do Espírito Santo - Ifes, Campus Vitória, ES. Destaca-se em especial a demanda de articulação do Napne (Núcleo de Atendimento à Pessoa com Necessidade Específica) com outros setores para o atendimento colaborativo ao aluno com necessidades específicas-desenvolvidos.

Palavras-chave: Educação especial. Necessidades específicas. Napne.

1 Introdução

Os princípios educacionais do Ifes favorecem a criação de políticas inclusivas para a Educação Profissional e Tecnológica, ao determinar a “busca de novas políticas de inclusão e transformação social, desenvolvimento socioeconômico e sustentabilidade” (IFES, 2014, p. 41).

As ações de inclusão das Pessoas com Necessidades Específicas (PNE) na Rede de Educação Profissional e Tecnológica tenham sido sistematizadas inicialmente no Programa TEC NEP – Tecnologia, Educação, Cidadania e Profissionalização para PNE (2001-2012), seguida da criação dos Napnes nos campi dos institutos federais. Entretanto, faltavam documentos institucionais que nortegassem as práticas e contribuíssem para o trabalho colaborativo e a integração. Assim, as Diretrizes Operacionais para o Atendimento a Alunos com Necessidades Específicas no Ifes foram elaboradas pelo Fonapne (Fórum dos Napnes) e estabelecidas pelas Resoluções do Conselho Superior nº 34 e 55/2017.

Para assegurar a compreensão e adesão às diretrizes, ainda em 2017 o

¹ Mestre em Educação, Ifes.

² Doutora em Psicologia, Ifes.

³ Mestre em Psicologia, Ifes.

Napne promoveu uma série de reuniões envolvendo 23 coordenadorias de cursos, apresentando as resoluções, o funcionamento do núcleo e o fluxo de atendimento aos PNE. Em 2018, realizamos oficinas de formação de professores, palestras, e diversos eventos nos quais os documentos foram discutidos e suas implicações exploradas, potencializando boas práticas e estratégias.

Após um ano e meio da publicação desses documentos e sua efetiva implementação no campus Vitória, podemos apresentar as implicações da nova organização do atendimento aos PNE nesse contexto de trabalho. Vale ressaltar que o Napne já atuava na organização ao atendimento da PNE desde 2011, e com a promulgação da lei 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que dispôs sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino, o movimento supracitado foi impulsionado.

2 Método

Trata-se de um relato de experiência, cujo objetivo é descrever ações articuladas e desencadeadas pelo Napne, a partir de um fluxo de trabalho apresentado nas Resoluções 34 e 55/2017. A caracterização e a organização das atividades foram obtidas a partir do levantamento das necessidades em conjunto com os setores e equipes da instituição, como a Comissão do Processo Seletivo, o setor de Registro Acadêmico, de Gestão Pedagógica, Direção de Ensino e Coordenadorias de curso.

3 Resultados e discussão

O Ifes, campus Vitória, conta atualmente com 77 alunos que integram o Público Alvo da Educação Especial (PAEE), conforme legislação, distribuídos em cursos técnicos integrados com o Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, nos cursos técnicos concomitantes e subsequentes, nos cursos superiores e pós-graduação.

A função do Napne nesse processo é determinada no Regulamento Interno do núcleo (Portaria nº 1.066 de 2014), em seu artigo 3º:

O Napne tem por finalidade desenvolver ações que contribuam para a promoção a inclusão escolar de pessoas com necessidades específicas, buscando viabilizar as condições para o acesso, permanência e saída com êxito em seus cursos.

Parágrafo único. Para fins deste regulamento, entende-se como pessoas com necessidades específicas aquelas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação.

Alinhado a sua finalidade, e conforme previsto nas Resoluções CS 34 e 55/2017, o trabalho colaborativo entre Napne e outros setores começa durante o Processo Seletivo, com a antecipação da demanda e as articulações prévias. Um representante do Napne dialoga com a comissão local acompanhando o número de inscrições de pessoas com deficiência (PcD), solicitações de atendimento especial, adaptações das provas e atendimentos. O Napne começa a articular ações necessárias para o semestre seguinte, como a contratação de profissionais de apoio, tradutores e intérpretes de Libras, e outros, mediante as especificidades dos candidatos.

A seguir, um representante do Napne participa do processo de matrícula junto a Coordenadoria de Registro Acadêmico (CRA). Isso ocorre para identificação da demanda e início das intervenções. Dessa forma, o núcleo realizou uma formação com a equipe de servidores do CRA para assegurar que o registro das informações seja feito de forma adequada, melhorando a eficiência do processo.

Após a matrícula, o Napne organiza as entrevistas com os alunos PAEE. Esse é um momento significativo, visto que é a ocasião do primeiro contato direto com o ingressante que possibilita conhecer sua história de vida, os relatos do processo escolar, desafios vividos, etc. O que o motivou a escolher o curso do campus Vitória? Quais são suas expectativas ao ingressar no campus? Utiliza ou precisa de alguma tecnologia assistiva? É usuário da Língua Brasileira de Sinais? Essas e outras perguntas contribuem para conhecer e levantar as necessidades do aluno.

Nessa entrevista, a família em alguns momentos se mostra presente. esse vínculo familiar é importante e por isso, acolhemos essa participação no ingresso e durante a permanência dele no campus. A organização para o diálogo constante com a família exige do Napne uma articulação de como alinhar as ações desenvolvidas no campus com a dinâmica familiar do aluno, compreendendo que isso causa efeitos no

seu processo escolar. Nota-se que o trabalho do núcleo inclui intervenções para além das existentes no espaço físico da escola quando o trabalho de parceria com a família faz parte das ações impulsionadas pelo Napne.

No segundo momento, todas as informações coletadas na contato inicial com o ingressante são encaminhadas e dialogadas com a equipe pedagógica e coordenação de curso para início das intervenções metodológicas. Que metodologias de ensino são adequadas para as necessidades do aluno? Como a dinâmica em sala de aula precisa ser pensada para contemplar o aluno? Que estratégias pedagógicas precisam ser desenvolvidas? Que profissionais estarão mais diretamente envolvidos no acompanhamento desse estudante?

A equipe pedagógica, na sequência, encaminha as orientações aos professores, indicando a confecção do Plano de Ensino Individual (PEI) quando necessário. A sistematização das orientações e controle da entrega do PEI é feita em conjunto com as professoras de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Importa destacar que, “o Napne não impõe a professores e à equipe pedagógica métodos e soluções, pelo contrário, estes são considerados com os docentes, de forma a pensarmos juntos metodologias que contemplem as especificidades dos alunos”. (NOGUEIRA; SILVA; COTONHOTO; LOUREIRO, 2019, p. 47).

No início do semestre letivo, conforme o calendário do campus, é realizado o evento Boas Vindas no qual são dadas orientações para os todos alunos ingressantes sobre o funcionamento do campus. Nessa oportunidade, é apresentado o objetivo do Napne e o fluxo de atendimento, reforçando os aspectos de identificação do PAEE e as ações de acolhimento. Consideramos esse momento necessário, visto que possibilita o ingressante não identificado na matrícula como PAEE, após esse contato inicial, se sentir mais confortável em perceber que será acolhido na escola, mesmo diante das suas diferenças.

Considerando as particularidades dos alunos atendidos, as necessidades, as novidades para a equipe, alterações no grupo de docentes e/ou alunos, entre outros, o Napne se reúne e decide se, com quem e quando fará reuniões de orientação e sensibilização nas turmas

entender e respeitar as diferenças e possibilidades que o aluno PAEE, quando desejar, apresente sua história de vida, o que causa impactos positivos na relação que a turma desenvolverá a partir daquele momento com ele, em seu acolhimento. O objetivo dessa ação é pensar na formação dos alunos que também fazem parte da comunidade escolar e precisam, assim como todos da escola, compreender as diferenças para conviver com elas, principalmente porque será com eles que os alunos PAEE terão mais tempo de interação (NOGUEIRA; SILVA; COTONHOTO; LOUREIRO, 2019, p. 48).

Simultaneamente, a Direção de Ensino, por meio do Napne solicita que as coordenadorias levistem as possíveis barreiras existentes nos cursos para que no trabalho colaborativo, as intervenções sejam realizadas para o melhor aproveitamento do aluno em toda sua formação. O acompanhamento ao aluno é realizado na sua rotina e também nas Reuniões Pedagógicas Intermediária e Final, seguindo a entrega do Relatório Coletivo Docente e Relatório Individual para Terminalidade Específica.

Paralelamente às ações supracitadas, há a realização de formação continuada pontual e permanente como política institucional, para intérpretes, estagiários, monitores, setor pedagógico, registro acadêmico, protocolo, recepção, biblioteca e para os docentes.

Considerações Finais

A escola e seus profissionais devem questionar como se tornarem protagonistas em um espaço de invenção, de produção, de saberes e de encontros. O tempo-espaço da escola deve ser pensado como um processo de autogestão colaborativa, para que todos possam atuar na inclusão escolar do aluno com necessidade específica. Para isso, é necessário a definição e organização do fluxo de atendimento ao aluno com os papéis e responsabilidade de todos da escola para que as especificidades do aluno sejam contempladas no acolhimento, permanência e saída com sucesso do seu curso.

Na educação especial, entendemos que seja essencial “fazer com os alunos” e não por eles. Independentemente de suas condições físicas, psíquicas, sensoriais e cognitivas, eles buscam as primeiras ou novas aproximações com o mundo, com o conhecimento, com a cultura; aprendem sobre si, sobre os outros e sobre o mundo. É tarefa dos profissionais da educação auxiliá-los a experimentar o mundo, a traduzir-lo de uma forma compreensível, oportunizando a ampliação de conhecimentos e experiências, bem como disponibilizando e potencializando espaço-tempo para usar a interatividade, criar e transformar, com suas produções e desejos, suas experiências e existências (NOGUEIRA; SILVA; COTONHOTO; LOUREIRO, 2019, p. 45).

Nesse contexto, o Napne coloca-se como protagonista, pois produziu em seu

cotidiano de trabalho, novos conhecimentos, novos modos de fazer a educação especial na perspectiva inclusiva no contexto da educação profissional e tecnológica.

Referências

- INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE. Portaria N° 1.063, de 05 de junho de 2014. Disponível em: <https://vitoria.ifes.edu.br/images/stories/Regulamento_interno_Napne_Vitoria.pdf>. Acesso em 01 de out. de 2019.
- INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Plano de Desenvolvimento Institucional 2014/2 – 2019/1. Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/images/stories/files/documentos_institucionais/pdi_2-08-16.pdf>. Acesso em 01 de out. de 2019.
- INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Resolução do Conselho Superior nº 34/2017 - Institui diretrizes operacionais para atendimento alunos necessidades específicas no IFES. Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/images/stories/Res_CS_34_2017_-_Institui_diretrizes_operacionais_para_atendimento_alunos_necessidades_especiais.pdf>. Acesso em 23 de jan. de 2018.
- INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Resolução do Conselho Superior nº 55/2017 - Institui Procedimentos de Identificação, Acompanhamento e Certificação dos Alunos Necessidades Específicas no IFES. Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/images/stories/Res_CS_55_2017_-_Institui_procedimentos_de_identificacao_acompanhamento_e_certificacao_de_alunos_com_Necessidades_Especificas.pdf>. Acesso em 23 de jan. de 2018.
- NOGUEIRA, F. dos S; SILVA, S.T; COTONHOTO, L.A.; LOUREIRO, T. de J.L. Práticas pedagógicas inclusivas e trabalho colaborativo no atendimento a aluno com surdo cegueira no ensino técnico. *In* PEROVANO, L. P. (org.) **Práticas pedagógicas inclusivas no ensino técnico**. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2019. 172 p.